

**UNIVERSIDADE PAULISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**O UNIVERSO TRANS E OS JOGOS OLÍMPICOS:
visibilidades e invisibilidades nas Olimpíadas Rio-2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

RAPHAELLA FREITAS PETKOVIC DE CARVALHO PEREIRA

**SÃO PAULO
2018**

**UNIVERSIDADE PAULISTA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**O UNIVERSO TRANS E OS JOGOS OLÍMPICOS:
visibilidades e invisibilidades nas Olimpíadas Rio-2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientadora: Prof.^a Dr^a Bárbara Heller

RAPHAELLA FREITAS PETKOVIC DE CARVALHO PEREIRA

**SÃO PAULO
2018**

Pereira, Raphaella Freitas Petkovic de Carvalho.

O universo trans e os jogos olímpicos: visibilidades e invisibilidades nas Olimpíadas Rio-2016 / Raphaella Freitas Petkovic de Carvalho Pereira. - 2018.

88 f.: il. + CD-ROM.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós - Graduação em Comunicação da Universidade Paulista, São Paulo, 2018.

Área de concentração: Contribuições da mídia para a interação entre grupos sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Bárbara Heller.

1. Transgêneros. 2. Mídia digital. 3. Enunciados. 4. Teoria Queer.
I. Heller, Bárbara (orientadora). II. Título.

Ficha elaborada pelo Bibliotecário RodneyEloy CRB8 -6450

RAPHAELA FREITAS PETKOVIC DE CARVALHO PEREIRA

**O UNIVERSO TRANS E OS JOGOS OLÍMPICOS:
visibilidades e invisibilidades nas Olimpíadas Rio-2016**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Paulista – UNIP para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

_____/_____
Prof. Dra. Malena Segura Contrera
Membro Interno

_____/_____
Prof. Dra. Denise Maria Cogo
Membro Externo

_____/_____
Profa. Dra. Barbara Heller
Orientadora

À minha mãe:

Rut.

Ao meu esposo e alma gêmea:

Carlos Eduardo

Aos meus irmãos:

Matheus e Camila.

In memorian:

João Edson Matos, pai e amigo.

...razões da minha existência...

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Ao Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS), autarquia estadual do Estado de São Paulo da qual sou funcionária efetiva desde 2011, por proporcionar condições para o desenvolvimento desta pesquisa, ao me afastar parcialmente de minha carga horária docente no período de 01/08 a 19/12/2017.

À Professora Dra. Bárbara Heller, por absolutamente tudo. Pela maravilhosa e majestosa orientação, carinho e paciência para comigo.

Ao meu esposo Carlos Eduardo, por trazer de volta uma mulher que quase se deixou levar pela desilusão da vida e, principalmente, por fazê-la perceber que o sol nasce para todos... Que almas gêmeas existem... E que se completam. Todas as lutas valeram a pena. Sabe aqueles dias de ausência? Pois bem, aqui estão! Mais um sonho que vivi e realizei ao teu lado. Te amo demais. Para sempre.

À minha mãe Rut Maria Ornelas Freitas. Mãe, não há palavras suficientes para agradecer tudo que você fez e continua fazendo por mim. Eu te amo com todas as minhas forças e não consigo imaginar a minha vida sem você. Longe ou perto, te carrego comigo todos os dias. Espero que tenha orgulho da filha que você tanto sofreu para colocar no mundo. Obrigada principalmente por me apoiar em cada decisão que eu tomo e por, acima de tudo, ter colocado seu amor por mim como prioridade em vários momentos de sua vida. Novamente, eu te amo. Muito.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Paulista, minha *alma mater*, por toda a estrutura oferecida para o desenvolvimento da pesquisa e pelo excelente atendimento em todos os setores.

Às professoras Denise Cogo e Malena Segura Contrera, por suas contribuições durante a pesquisa e por fazerem parte deste momento mais do que especial em minha vida.

Ao meu pai João Edson Matos (*in memorian*), que infelizmente não conseguiu vencer o alcoolismo e nos deixou precocemente. Porém, com um grande ensinamento: sempre estudar e ser alguém na vida. Pai, faz 14 anos que eu sinto tua falta. Todos os dias. Eu queria muito que você estivesse aqui hoje. Mas onde quer que você esteja, continue olhando por mim. Te amarei para sempre.

Aos meus irmãos mais novos Camila e Matheus Freitas Matos, os quais para mim sempre serão “as crianças”, ainda que já adultos. Incentivos constantes e exemplos de que amar alguém vai muito além do gênero. Não me arrependo de ter pedido um irmão à nossa mãe. A vida me deu vocês dois. Não precisei “nascer” para que vocês me entendessem. Bastou “ser”. Obrigada. Amo vocês.

À minha tia e para sempre “second mother” Lucia Bardelline (*in memorian*). Resolveu partir repentinamente em maio de 2016, pouco mais de dois meses após deixar sua vida inteira para trás nos Estados Unidos e curtir o que lhe restava de tempo ao lado de sua família no Brasil. Benditas sejam suas últimas palavras ao me apressar para ir embora da festa de aniversário de mamãe: “Vá terminar seu artigo”. Tia, eu já terminei o artigo. Agora vou terminar essa dissertação. *Miss u so much!*

À minha tia Deusedite Melo Pansa e ao meu tio Emílio Pansa, pelo apoio em todos os momentos de minha vida nos quais precisei de vocês.

À Professora Dra. Janette Brunstein, pelas aulas divertidíssimas, pela elegância, paciência e pelas análises muito úteis de artigos (PINTO, 1998). Certamente, me tornei de fato uma pesquisadora depois de suas aulas.

À Renata Gomes, Lérida Malagueta, Anderson Benalia e Cristine Vecchi. Em um mundo permeado pelo preconceito, vocês se destacam por definitivamente não fazerem parte dele. Os momentos que passamos juntos serão inesquecíveis!

Aos “parceiros” da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e que acompanharam todo o desenvolvimento de meu trabalho: Vera, Marcelo, Christina e Bruno. Vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada pelo apoio!

E finalmente, a todos os colegas e amigos pelo incentivo constante.

“[...] Ser mulher não é a pura constatação de um estado de fato, mas a afirmação de uma vontade de ser. [...]”. (TOURAIN, 2011, p. 27)

RESUMO

Podemos verificar diversos preconceitos na mídia digital quando noticiam eventos ocorridos com transgêneros. Seus enfrentamentos para consolidarem sua identidade de gênero, em contraposição aos marcos binários, são recorrentes na mídia brasileira. Neste trabalho, analisamos enunciados de notícias e reportagens presentes no site de buscas “Google.com” em 21 de agosto de 2016, envolvendo transgêneros nas Olimpíadas Rio-2016. Preconceitos de gênero, manifestados muitas vezes pelas formas como o universo transgênero é representado e suas relações com a cultura também são nosso objeto de investigação. Para isso, utilizamo-nos de duas etapas metodológicas. A primeira diz respeito a uma extensa revisão bibliográfica, nos dois primeiros capítulos, com fundamentação na teoria queer de Judith Butler e apoiando-nos nos conceitos trazidos por Paul Preciado, Alain Touraine, Don Kulick, Hadriel Theodoro, dentre outros, relacionando transgeneridade, consumo, silenciamento, visibilidades e invisibilidades. Na segunda, a partir do terceiro capítulo, destacamos o levantamento dos dados que compõem o *corpus* desta pesquisa, analisando o significado dos enunciados por meio da Análise do Discurso de Mikhail Bakhtin. A presente pesquisa não só contribui para as investigações no meio acadêmico sobre gênero, sexualidade e comunicação como também para a crítica da prática jornalística nas mídias digitais. Pudemos concluir que há um discurso de heteronormatividade presente na sociedade brasileira, apontando para uma discriminação nos suportes midiáticos concernentes às visibilidades trans.

Palavras-chave: Transgêneros. Mídia Digital. Enunciados. Teoria Queer.

ABSTRACT

We can verify several biases that appear in digital media when reporting events that occurred with transgender people. The violence that affects transgender people in Brazil and their struggle to consolidate their gender identity, in contrast to binary landmarks, are recurrent in the Brazilian media. We analyze, in this project, news' statements at "Google.com" involving transgenders at Rio 2016 Olympics on August 21, 2016. Gender biases, manifested many times by the ways in which the transgendered universe is represented and its relations with culture are our object of investigation. For this, we use two methodological steps. The first concerns an extensive bibliographical review, in the first two chapters, based on queer theory by Judith Butler and the concepts brought by Paul Preciado, Alain Touraine, Don Kulick, Hadriel Theodoro, among others, relating transgenders, consumption, silencing, visibilities and invisibilities. In the second, from the third chapter, we highlight the data that compose the corpus of this research, analyzing the content through the Speech Analysis' concepts of Mikhail Bakhtin. This research not only contributes to academic research on gender, sexuality and communication, but also to the critique of journalistic practice in digital media. We could conclude that there is a discourse of heteronormativity present in Brazilian society, pointing to a discrimination in media concerning transgender visibilities.

Palavras-chave: Transgender. Digital Media. Statements. Queer Theory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	43
Figura 2.....	44
Figura 3	44
Figura 4.....	46
Figura 5.....	46
Figura 6.....	47
Figura 7.....	50
Figura 8.....	51
Figura 9.....	52
Figura 10	53
Figura 11	74
Figura 12	74
Figura 13	75
Figura 14	75
Figura 15	76
Figura 16	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	57
Tabela 2.....	63
Tabela 3	64

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1: O UNIVERSO TRANS.....	25
1.1. Transgêneros: O “T” do LGBT	25
1.2. Transgêneros e Vivências Femininas	29
CAPÍTULO 2: O UNIVERSO TRANS E A MÍDIA DIGITAL	35
2.1. Transgêneros, Mídia e Consumo.....	35
2.2. Silenciamento e (In)Visibilidades Trans na Mídia Digital	39
CAPÍTULO 3: A PRESENÇA TRANS NAS OLIMPÍADAS RIO 2016	43
3.1. Jogos Olímpicos Rio 2016: Olimpíadas da Representatividade?	43
3.2. Análise do Corpus	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	79
ANEXOS	86

APRESENTAÇÃO

Desde quando estava na barriga de minha mãe, fui muitíssimo desejada. Isso porque, nas tentativas anteriores de ter filhos, minha mãe nunca havia sido bem-sucedida. Alguns anos antes, chegou a engravidar. Três vezes. E seguiram-se três abortos espontâneos. Cerca de um ano antes de meu nascimento, em 1986, ela conseguiu engravidar e dar à luz prematuramente à Renata, a irmã que não cheguei a conhecer. Isto porque, cerca de um dia após seu nascimento, ela veio a falecer em virtude de uma parada cardiorrespiratória. E, mais uma vez, minha mãe entrou em depressão pós-parto, sequer participando do enterro da própria filha.

Desiludida com o sonho de ser mãe, pouco tempo depois foi surpreendida com a notícia de que estava grávida novamente. Dessa vez, não poderia perder o bebê. Seria demais. Estava determinada. Em virtude da gravidez de altíssimo risco, afastou-se do cargo bem-sucedido como gerente de um grande hipermercado e ficou internada a partir do segundo mês de gravidez. Minha avó era um apoio constante. Confiante e muitíssimo religiosa, a partir do terceiro mês começou ela mesma a confeccionar o enxoval. Escolheu a cor verde-água, uma vez que não sabia ainda o sexo do bebê. No sexto mês, o ultrassom revelou que ela estava esperando uma menina. Escolheu o nome Janaína, de origem africana, cujo significado, “Rainha do Mar”, representa a orixá Iemanjá.

No dia 7 de agosto de 1987, começou a sentir dores muito fortes e posteriormente, entrar em trabalho de parto. Na madrugada do dia 14 de agosto, o médico lhe informou que faria mais uma cesariana. Pela manhã, foi aplicada a anestesia raquidiana. Porém, não foi aplicada corretamente e não fez efeito. Não havia mais tempo. A sangue frio. Sentiu todas as dores. O bisturi, os cortes. Ao meio-dia, viu a filha nascer... e ouviu o médico dizer que Janaína era, na verdade, um garoto.

Ainda um pouco confusa, segurou o bebê no colo enquanto o médico lhe explicava que era comum o sexo do bebê ser informado de forma errônea, em virtude da confusão e da semelhança do tamanho de um clitóris e de um pênis nas semanas que antecedem o parto. Dessa forma, um garoto poderia ser confundido com garota e vice-versa.

Horas depois, percebeu algo errado com a genitália do agora “filho”. Achou-a um pouco “ambígua”. Mas o médico insistiu que se tratava de um garoto e que ela deveria registrar o bebê como sendo do sexo masculino. Escolheu, em virtude das dificuldades da gravidez, o nome Raphaella, de origem hebraica que significa “curada por Deus”. Mas ainda assim, ficou com um pé atrás.

Acabei, em virtude dessas dúvidas que não puderam ser dirimidas no momento em que nasci, tendo dois registros: um do sexo masculino e um do feminino.

Meu pai biológico serviu apenas para ajudar minha mãe a engravidar. Após meu nascimento, ela conheceu João, meu pai de fato. Confessou a ele o que havia passado em relacionamentos anteriores e tudo que envolvia a minha condição sexo/gênero. Ele entendeu. Disse que ia ser meu pai. E de fato o foi, com todas as letras.

Durante minha infância, os traços delicados e a feminilidade chamavam a atenção. Minha mãe e meu pai percebiam e sabiam bem o porquê de tudo aquilo, mas não gostavam de se indispor com outras pessoas. Quatro anos após meu nascimento, veio minha irmã. Daí em diante, as brincadeiras de casinha e com bonecas eram frequentes.

Em casa nunca sofri nenhuma repressão por parte dos meus pais e da minha avó. Eu adorava a Xuxa e a Angélica. Eram minhas referências. Minha mãe me comprou o microfone da Xuxa e eu adorava colocar o disco para tocar e cantar. Minha avó se divertia e cantava comigo. Como eu tinha problemas respiratórios, minha avó não fumava dentro de casa e descia comigo sempre que podia. Me comprava várias revistas para colorir. Foi com ela também que aprendi a andar de bicicleta. Primeiro com rodinhas, depois sem. Muitos tombos e machucados até chegar a este feito.

Os anos se passaram e, certa vez, minha mãe ouviu de uma irmã que eu “parecia uma aberração”, que “não sabia se era sobrinho ou sobrinha” e que “devia ser traveco ou sapatão”. Minha mãe deu respostas bem atravessadas e ficou alguns anos sem falar com minha tia.

A morte de minha avó veio como um baque. Aos sete anos tive de me deparar com uma situação que jamais imaginei passar. Era perfeitamente capaz de entender que ela não estaria mais ali comigo, nunca mais. E isso me machucou muito, mas serviu para reaproximar a família.

Os problemas com álcool por parte de meu pai eram o pano de fundo da minha realidade desviante das normas e padrões que fugiam de um binarismo permeado pela biologia dos corpos. Eu era feminina. Delicada. Pegava a maquiagem da minha mãe. Pintava as unhas com o esmalte cintilante dela e ia à escola. Ela nunca me recriminava. Só me cobrava notas altas e ajuda dentro de casa, ao que eu sempre correspondia.

Quanto à escola, nunca tive problemas até chegar à oitava série. Nesta altura, já tinha por volta de meus treze, catorze anos. Estava entrando na puberdade. Comecei a desenvolver pequenos seios. Passei de 1,55m a 1,75m em pouco mais de um ano. Não tinha barba, apenas um pelo ou outro no buço. O mesmo nas axilas. A voz era fina. Eu rebolava no andar. Comecei a querer usar salto alto. A distribuição de gordura corpórea foi tão graciosa comigo que o primeiro apelido que me deram na escola foi “tanajura”. Até aí, nada demais. Mas minha estrutura corporal feminina em contraposição a algumas características masculinas, como voz grossa e postura dominante, também motivou apelidos como “traveco”, “sapatão”, entre outros. Daí em diante, a escola para mim passou a ser o pior pesadelo. Não queria passar por todo esse enfrentamento.

Era fácil para as pessoas me chamarem de “traveco”. Para elas, as características que eu possuía eram predominantemente masculinas e, para isso, eu deveria desempenhar socialmente papel de homem. Deveria ser a “mulher macho”. Pegar mulher. Andar que nem macho. Ter pelos no corpo. O que, obviamente, estava bem longe de acontecer.

Com os problemas na escola, vieram as brigas. Tomei várias advertências e cheguei a ser suspensa. Até que um dia gritei com a diretora e disse tudo que queria dizer. Ela fez que entendeu, pediu desculpas e nunca mais tive problemas. Ficou tudo bem.

A questão corpo/gênero começou a me incomodar. Meu humor mudava drasticamente em alguns períodos. Eu queria entender aquilo que estava no meio das minhas pernas. Conversei com minha mãe e procuramos um médico. Ele disse que se tratava apenas de uma disfunção hormonal e que iria passar. Me prescreveu doses cavalares de testosterona e disse que eu melhoraria. Na verdade, piorei.

Passei por diversos médicos até chegar em um que analisou melhor meu caso e pediu diversos exames. Após uma minuciosa análise de meu corpo, meus órgãos

internos e externos, os hormônios, veio o diagnóstico: eu era uma mulher com características intersexuais. Possuía características de ambos os sexos, com notória predominância do feminino. Precisaria tomar hormônios e realizar algumas cirurgias para que ficasse tudo bem. Aconselhou também terapia. Disse que a mudança de humor se devia à famosa tensão pré-menstrual.

Durante este período de mudanças, ao longo do qual tive o apoio de toda minha família, perdi meu pai para o alcoolismo, após várias tentativas de resgatá-lo do vício. Essa perda não consegui superar até hoje. Aceito, convivo, mas não supero. Lembro-me bem de escutar escondida uma conversa dele com minha mãe dizendo que “as pessoas deveriam entender e me aceitar como eu era assim como ele entendia e aceitava”.

As cirurgias foram várias. Dentro e fora do Brasil. Os efeitos colaterais dos medicamentos que precisei tomar, as cólicas, os pós-operatórios, tudo foi muito sofrido. Em 2005, me matriculei na faculdade de Letras no período noturno e consegui uma bolsa como pesquisadora de Iniciação Científica do CNPq. Em 2006, iniciei também a faculdade de Direito. No mesmo ano, ingressei no serviço público estadual como professora. Apesar de alguns problemas, sempre fui muitíssimo respeitada como professora. Lecionei sempre em periferias, lugares onde os docentes mais bem pontuados não queriam dar aulas. Dei aula para bandidos, traficantes, ex-detentos. Era tratada no feminino, mas sempre tinha alguém que cochichava algo pejorativamente, quando se referia a mim. Mas nem precisava me preocupar. Ouvia os alunos falarem uns com os outros que, se alguém falasse de mim, iria enfrentar problemas lá fora. Era muito querida. Os alunos ficavam comigo no ponto de ônibus para garantir minha segurança até eu embarcar.

Lecionei por alguns anos até que, em 2009, as cirurgias e os problemas psicológicos que eu enfrentava eram tamanhos que preferi me afastar da minha família um tempo para que eles não sofressem comigo questões que eram exclusivamente minhas. Transferi meu cargo e mudei-me para o interior. Quis recomeçar em um lugar onde ninguém me conhecesse. Afinal, de uma forma ou de outra, na casa da minha mãe, naquela cidade, sempre haveria pessoas que, permeadas por um sistema de repressão, jamais compreenderiam minha aparência, minhas qualidades femininas.

Iriam falar coisas aviltantes, usar adjetivos em tom pejorativo, causando uma indisposição geral entre todos de minha família.

O fato de ter dois registros de nascimento sempre foi um problema que me perseguiu até o ano de 2011, quando resolvi dar um fim nesta questão. Procurei um amigo e advogado, forneci tudo que me foi solicitado e pouco mais de dois meses após a propositura da ação, mais especificamente em outubro de 2011, finalmente consegui anular o registro civil masculino de 1987 e passei a assinar somente Raphaella Freitas Petkovic, sexo feminino, filha de Rut Maria Ornelas Freitas, fazendo valer a certidão que fora registrada por minha mãe. Chorei bastante. Renasci. Naquele outubro de 2011, com aquela sentença proferida e os novos documentos que obtive, pude superar os limites de uma legitimidade que sempre fora fundamentada na dicotomia do gênero. Para a sociedade, nascia ali uma mulher heterosexual e cisnormativa. Mas, na verdade, essa mulher existia desde 1987. Isso era inegável e indiscutível.

Utilizo-me de minha história de vida para mostrar que seria praticamente impossível dissociar todas as questões que envolvem gênero, mais especificamente a transgeneridade, de minhas pesquisas. As minhas vivências pessoais e cotidianas contribuem em muito para a minha formação. Me fizeram perceber o quanto a questão do universo trans está ligada às normatizações do gênero, que passo a discorrer mais detalhadamente a partir de agora.

INTRODUÇÃO

[...] Em primeiro lugar as mulheres se identificam como mulheres [...]. (TOURAINE, 2011, p. 27).

Essa pessoa é homem ou mulher? Essa pergunta, comum na sociedade contemporânea, graças à diversidade das sexualidades e suas representações, reflete a dificuldade de às vezes se identificar o gênero de um sujeito. Freud já afirmava no início do século passado: “(...) a primeira distinção que fazemos é se [uma pessoa] é homem ou mulher. E estamos acostumados a fazer tal distinção com certeza absoluta” (*apud LANZ*, 2014, p. 19). Assim, entendemos que, naquela época, perceber a diferença entre homens e mulheres era imediato e pouco sujeito a dúvidas. Tais percepções, modificadas ao longo de décadas, precisam ser problematizadas, uma vez que o preconceito de gênero tem se manifestado com intensidade cada vez maior no Brasil, haja vista a recente visita de Judith Butler a São Paulo em novembro de 2017. Sua presença mobilizou reações as mais conservadoras de segmentos da sociedade paulistana, que a compararam com bruxas da Idade Média e não a pouparam de agressões verbais, endossadas por uma petição assinada por 320 mil pessoas rejeitando sua presença no país¹.

Discursos de ódio contra minorias, sejam elas étnicas, religiosas, de gênero, políticas, etc., não são fenômenos recentes, tanto no Brasil, como em muitos outros países europeus e da América do Norte, desde o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Na Alemanha, por exemplo, o partido de ultradireita, o Afd, tem conquistado espaço nas urnas, e o discurso xenófobo de *Donald Trump* também tem recebido adesão internacional.

Sendo assim, as análises que estamos propondo sobre preconceito de gênero inserem-se em uma discussão mais ampla, uma vez que tais discursos e práticas têm colocado em xeque o direito à liberdade de expressão e o incitamento à intolerância.

Certo é que, assim que nascemos, nos é atribuído um sexo biológico específico (masculino ou feminino), de acordo com nossa genitália que, por sua vez, determinará nosso registro de nascimento, indicando, além de dados essenciais como filiação e data

¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/11/07/politica/1510085652_717856.html Acesso em: 11 nov. 2017.

de nascimento, nosso gênero. Entre vários motivos médicos e pessoais, um ultrassom realizado pela mulher grávida sacia a curiosidade da família em relação ao sexo do feto. Pois bem, com base nisso, já se cria toda uma expectativa social que, caso seja um menino, deverá gostar de esportes (essencialmente de futebol, pois moramos no Brasil, onde a sua prática e cultura se mantêm estáveis), o enxoval deverá ser azul (porque é cor de menino) e deverá ter uma namoradinha; caso seja uma menina, deverá gostar de brincar de bonecas e casinha, seu enxoval deverá conter peças cor de rosa (porque é cor de menina) e trazer para casa um namoradinho.

O efeito de sentido produzido por esta manifestação discursiva é a que de que há uma demarcação de binarismo para os gêneros. Segundo Preciado (2011, p. 25):

O sexo, como órgão e prática, não é nem um lugar biológico preciso nem uma pulsão natural. O sexo é uma tecnologia de dominação heterossocial que reduz o corpo a zonas erógenas em função de uma distribuição assimétrica de poder entre os gêneros (feminino/masculino), fazendo coincidir certos afetos com determinados órgãos, certas sensações com determinadas reações anatômicas. (p. 25)

Portanto, o discurso normalizador das identidades de gênero acaba por iniciar o processo de produção dos sujeitos desde a primeira infância. Como abordado por Butler (2008), trata-se de “fazer” um corpo feminino ou masculino baseado em significados culturais atribuídos a cada gênero.

Ainda, sobre as expectativas a respeito de se esperar um “menino” ou “menina” pelas gestantes, podemos dizer que elas tomam por base a cultura patriarcal e heteronormativa a que nossa sociedade contemporânea está submetida. Somos vítimas e protagonistas de diversos estigmas e estamos submetidos a violências múltiplas, provenientes desta mesma cultura. Segundo Guimarães (2004, p. 40), na sociedade heteronormativa:

O processo de produção da sexualidade masculina – e da feminina, por contraste e oposição – é pautada por papéis sociais e papéis de gênero, que se constituem em modelos ideais de comportamento e atitude para cada sexo.

Com isso, as crianças desde cedo acabam aprendendo que determinadas cores são masculinas, outras femininas. Da mesma forma, no universo do consumo infantil,

alguns brinquedos são “de menino” e outros “de menina”, funcionando como mais um demarcador do binarismo de gênero.

Segundo Bordieu (2012, p. 49):

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua, etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos habitus e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma.

Com isso, podemos dizer que não só as cores, mas toda e qualquer dissimetria que coloca a mulher como inferior ao homem construiu-se simbolicamente por meio de significantes que se relacionam ao universo feminino em oposição ao masculino. Perrot (1998, p. 491) completa a discussão ao afirmar que:

[...] Fomos de uma concepção monista (séculos 16 a 18) - há apenas um gênero com duas modalidades diferentes - a uma concepção dualista - há dois sexos, masculino e feminino, ambos dotados de uma forte identidade física e moral. [...] (p. 491)

Nessa perspectiva podemos afirmar que, acerca do gênero, os grupos sociais também impõem aquilo que lhes é dito pela sociedade como “a melhor definição” ou “o melhor pensamento”. E, a isso, podemos acrescentar melhor conduta e hábito. Ou seja, o gênero da criança, determinado fisiologicamente, a encaminha para a “melhor” vida cultural.

Pierre Bordieu (2012), em seu livro *A dominação masculina*, exemplifica o que estamos querendo dizer a respeito da sociedade ao descrever comportamentos masculinos e femininos na sociedade Cabila. Às mulheres era vetado pronunciar palavras ligadas ao campo semântico “umidade”, uma vez que a genitália feminina, quando saudável, caracteriza-se por ser úmida. Já em relação aos homens, o vocabulário era muito mais diversificado e amplo. Essa distinção entre homens e mulheres evidencia a sua subordinação em relação aos primeiros. Ainda traz à tona um processo de generificação dos corpos, permeado pela cultura de uma sociedade.

Segundo Castro (2016, p. 33):

[...] Ao diferenciar os corpos, atribuímos significados culturais às características físicas desses mesmos corpos. O processo de generificação do corpo supõe uma certa 'coerência' entre sexo-gênero-sexualidade dentro das normas que regulam a cultura.

Touraine (2011, p.16-17) atualiza a discussão ao incluir a questão da heteronormatividade:

[...] as normas de relacionamento entre mulheres e homens foram criadas com o objetivo de cimentar a hegemonia de um sistema social, aquele que dá o real monopólio às relações heterossexuais, privilegiadas por sua função de reprodução social através da criação de famílias e no interior das quais instala-se uma dominação masculina fundada no controle masculino das formas sociais de reprodução da espécie e da sociedade [...] (p. 16-17).

Para Scott (1990), o gênero trata de uma percepção sobre as diferenças sexuais, hierarquizando-as dentro de uma maneira de pensar engessada e dualista. O gênero pode refletir o sexo, uma vez que socialmente está imposta a relação entre binarismo sexo/gênero. Mas isso não deve ser considerado uma regra, uma vez que no caso das pessoas transgêneras, por exemplo, há desconforto entre a forma como se sentem e seu sexo biológico, conforme colocado por Giddens (2005, p. 99):

O que é ser um homem? O que é ser uma mulher? Talvez você pense que ser um homem ou uma mulher esteja fundamentalmente associado com o sexo do corpo físico com que nascemos. Mas como muitas questões de interesse dos sociólogos, a natureza da masculinidade e da feminilidade não é facilmente classificável.

É importante compreender a diferença entre o conceito de gênero e o de sexo. Não é preciso nascer com pênis e testículos para ser homem, nem com vagina e ovário para ser mulher. Podemos sê-los a partir do momento em que quisermos. Identidade sexual e identidade de gênero são coisas totalmente diferentes. Trata-se de uma construção que não está ligada somente ao aspecto biológico, mas também ao social e cultural.

Conforme se segue nesta argumentação, não somente o gênero é uma criação puramente social, que carece de uma 'essência' estabelecida, mas o próprio corpo humano está sujeito a forças sociais que o moldam e alteram de várias formas. Podemos dar aos nossos corpos significados que desafiem o que é normalmente visto como 'natural'. Os indivíduos podem escolher entre construir e reconstruir seus corpos como bem desejarem - por meio de exercícios, dietas, piercings, adotando um estilo pessoal, submetendo-se a cirurgias plásticas e

operações de mudança de sexo. A tecnologia está confundindo as fronteiras de nossos corpos físicos. Portanto, conforme se segue nesta argumentação, o corpo humano e a biologia não estão 'dados', mas estão sujeitos ao agenciamento humano e às escolhas pessoais no interior de diferentes contextos sociais (GIDDENS, 2005, p. 106).

A presente pesquisa está desenvolvida em duas etapas metodológicas. A primeira diz respeito a uma revisão bibliográfica, nos dois primeiros capítulos, visando aproximar e estabelecer relações entre teorias e estudos já realizados sobre a temática trans² e suas relações com a mídia. A segunda etapa, ainda trazendo alguns conceitos referentes ao tema, destaca-se pelo levantamento dos dados que compõem o corpus desta pesquisa, bem como análise dos enunciados por meio de conceitos bakhtinianos.

A estrutura desta dissertação é composta de três capítulos. No primeiro, fazemos importantes considerações acerca do universo trans, promovendo reflexões teóricas e discussões sobre gênero e identidade relacionadas às pessoas transgêneras, com fundamentação na teoria queer de Judith Butler e apoiando-nos nos conceitos trazidos por Paul Preciado, Alain Touraine, Don Kulick, Hadriel Theodoro, dentre outros. Com isso, buscamos questionar as normas pertinentes ao binarismo de gênero, proporcionando uma melhor compreensão acerca das identidades trans e de tudo que permeia o seu universo na contemporaneidade.

O segundo capítulo relaciona transgeneridade e consumo, ao retratar a sociedade contemporânea como "uma sociedade, sem sombra de dúvida, centralizada na comunicação e nas práticas de consumo" (Rocha, 2011, p. 18). Nesse sentido, verificamos conceitos sobre visualidades e visibilidades/invisibilidades midiáticas e como estão permeadas pelas práticas de consumo, abordando questões relacionadas à cidadania, inclusive das pessoas transgêneras.

No terceiro capítulo, relatamos a repercussão a respeito da presença de atletas e celebridades trans nas Olimpíadas Rio 2016, quando retomamos os conceitos de visibilidade e invisibilidade. Também iniciamos a discussão sobre silenciamento, quando verificamos que as notícias referentes às participações de transgêneros se mostram em menor número que as demais sobre o evento. A análise do *corpus*

² Durante este trabalho, utilizaremos o termo "trans" conforme o proposto por Aimar Suess: "refere-se a todas as pessoas que elegeram uma identidade ou expressão de gênero diferente da atribuída ao nascer, incluindo pessoas transexuais, transgêneros, travestis, crossdressers, não gêneros, multigêneros, de gênero fluído, gênero queer e outras autodenominações relacionadas" (Suess, 2010, p. 29)

também ocorre neste capítulo: a partir da seleção dos enunciados, estabilizados por “*print screen*” no site de buscas *Google.com* em 21 de agosto de 2016, dia do encerramento das Olimpíadas, faremos o estudo das literaturas bibliográficas específicas relacionadas ao objeto de estudo, tomando por base a cultura como “produção e (...) intercâmbio de sentidos – ‘o compartilhamento de significados’ – entre os membros de um grupo ou sociedade” (Hall, 2016, p. 20). Utilizaremos conceitos de “representação e gênero”, “consumo”, “visibilidade”, “silenciamento”, entre outros, buscando entender como a mídia digital retrata as pessoas transgêneras dentro de um evento específico, no caso, os Jogos Olímpicos Rio 2016.

Por último, encontram-se as considerações finais do trabalho, nas quais fechamos as reflexões e apontamos possibilidades de continuidade de pesquisa sobre o universo trans.

CAPÍTULO 1: O UNIVERSO TRANS

1.1. Transgêneros: O “T” do LGBT

Este capítulo tem como propósito apresentar o que entendemos por “universo trans” para que possamos compreender sua importância e representações durante as Olimpíadas Rio 2016. Para isso, iniciaremos com uma breve definição do termo “LGBTIQ” e investigaremos os conceitos que abarcam o universo transgênero.

A célebre frase “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, de Simone de Beauvoir, em seu livro *O Segundo Sexo*, publicado em 1949, inaugura uma fase do feminismo na qual o viés social das desigualdades entre homens e mulheres na sociedade estava em discussão. Ela introduz o “tornar-se” como parte de um processo cultural, mas também social, que faz romper a dicotomia de gênero masculino/feminino. Assim, um homem pode apresentar traços “afeminados” e seu contrário: mulheres “masculinizadas”. Surge, portanto, a figura do gay, da lésbica, do transformista, dos transgêneros.

Gays e lésbicas sentem atração emocional e sexual por pessoas do mesmo sexo. Bissexuais podem tanto relacionar-se sexual e afetivamente com alguém do mesmo sexo ou pelo seu oposto. Já o termo “transgênero” é utilizado para descrever o grupo de pessoas que não se enquadra nas definições “homem” e “mulher”, concebidas socialmente.

Há de se explicar os transexuais e travestis, termos que costumam causar confusão entre as pessoas que desconhecem sua categorização. Enquanto as travestis gostam de comportar-se como o sexo oposto, mas mantém o sexo biológico, usando uma identidade masculina ou feminina que “transita” entre os dois gêneros, os transexuais possuem identidades de gênero diferentes das designadas no nascimento e além do desconforto em relação ao sexo anatômico, manifestam o desejo de viverem e serem aceitos como sendo do sexo oposto. Benedetti, ao realizar um estudo etnográfico para verificar as tipologias correntes usadas para nomear as identidades “desviantes” (2005, p. 17) menciona que:

[...] travestis são aquelas que promovem modificações nas formas de seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres; vestem-se cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina.

Ainda abarcando os transgêneros, temos os intersexuais (em substituição ao termo hermafrodita, apresentam características sexuais ou secundárias de ambos os性os, podendo mantê-las ou corrigi-las por meio de procedimentos cirúrgicos), androginos (homens que utilizam adereços femininos e mulheres, masculinos, visando ressaltar a dualidade enquanto experimentam a sensação de pertencer aos dois gêneros) e transformistas (também conhecidos como *drag queens* ou *drag kings*, utilizam roupas do sexo/gênero oposto para apresentações, sem que isso necessariamente interfira em sua orientação sexual ou identidade de gênero). Há também os *crossdressers*, a respeito dos quais Vencato (2013, p. 32-33) menciona que:

[...] são homens que se vestem de mulher, ou que efetivam o desejo de se vestir com roupas e acessórios femininos, embora o *crossdressing* seja algo um tanto mais complexo que isso. E mesmo assim, a noção de feminino que usam para se montar é bastante peculiar. É uma montagem transitória, realizada em alguns momentos específicos, que envolve graus variados de intervenção corporal, dependendo do que se pretende em termos de resultado final daquela produção.

Ou seja, as definições de gay, lésbica ou bissexual referem-se à orientação sexual do indivíduo, enquanto transgênero e as demais categorias acima descritas, à identidade de gênero, objeto de interesse desta pesquisa.

Historicamente, o público trans sofreu muito preconceito e discriminação. Podemos elencar diversos discursos em momentos da história brasileira nos quais o preconceito contra este público comparece: o da medicina, que trouxe à homossexualidade e às chamadas “identidades desviantes” o status de doença; o religioso, que considerava as práticas homoafetivas como “práticas nefandas”, o policial, que até meados dos anos 2000 registrava em seus boletins de ocorrência homossexualidade, transexualidade e travestismo como “desvios de conduta”, dentre muitos outros. A época da ditadura trouxe uma ideologia que ligava homossexuais e travestis à esquerda e à subversão:

Em 1º de abril de 1980, O Estado de S. Paulo publicou matéria intitulada “Polícia já tem plano conjunto contra travestis”, no qual registra a proposta das polícias civil e militar de “tirar os travestis das ruas de bairros estritamente residenciais; reforçar a Delegacia de Vadiagem do DEIC para aplicar o artigo 59 da Lei de Contravenções Penais; destinar um prédio para recolher somente alguns homossexuais e abrir uma parte da cidade para fixá-los”³ (Relatório da Comissão Nacional da Verdade – CNV, p. 307)³

Segundo Garii (2007), o movimento transgênero moderno iniciou-se a partir de dois eventos ocorridos na década de 60, nos Estados Unidos. O primeiro se passou em 1966 nas dependências da cafeteria *Compton*, localizada em *Tenderloin*, São Francisco, um bairro no qual residiam diversos transgêneros que eram “excluídos” da sociedade e vítimas de discriminação. A polícia foi chamada em virtude da reclamação de clientes heterossexuais que não queriam partilhar o espaço com pessoas trans, acusando-as de baderna e perturbação. Com isso, houve a retirada dos clientes transgêneros pela polícia, ação esta que foi considerada violenta e truculenta, provocando uma rápida reação por parte da comunidade, que cobrou providências, e pela comunidade trans, que verificou a necessidade de organização para reivindicar seu espaço na sociedade.

O segundo evento aconteceu em 1969, em *New York*, e ficou conhecido como “A Revolta de *Stonewall*”. Sem motivos aparentes, a polícia invadiu um bar situado em *Greenwich Village*, que era frequentado pela comunidade LGBTIQ como um todo, provocando uma confusão generalizada entre os frequentadores e os policiais. Este evento ficou conhecido como o início da luta pelos direitos dos homossexuais, e embora nos dois eventos mencionados a comunidade trans tenha sido associada como integrante da comunidade gay, os transgêneros sempre foram reconhecidos como verdadeiros heróis.

A luta das sexualidades não normativas sempre foi grande. Antes de 2008, quando a sigla foi aprovada durante a 1ª Conferência Nacional GLBT, em Brasília, havia apenas os GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) que, posteriormente, se transformaram em GLBS (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes). Porém, foram os transgêneros que fizeram a sigla se transformar na antiga LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) até chegar na atual LGBTIQ (Lésbicas, Gays, Bissexuais,

³ Disponível em: <http://cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2018.

Transgêneros, Intersexuais e Queers). Entraram, na sigla, portanto, os transgêneros e saíram os simpatizantes. Os gays, marginalizados tanto quanto os transgêneros, reconheceram as necessidades da comunidade trans, passando a incluir na sigla a letra as letras T (transgêneros), I (intersexuais) e Q (queers) Tais alterações indicam a militância dos grupos que exercem sexualidades não binárias, em detrimento dos que apenas os apoiam, mas que se identificam como heterossexuais.

Corrobora esta afirmação trecho de artigo publicado no site GEMIS (Gênero, Mídia e Sexualidade) a respeito das siglas:

GLS era uma sigla utilizada para designar gays, lésbicas e simpatizantes. Qual o problema desta sigla? Ela é excludente. Nesta sigla, fala-se apenas da orientação sexual homossexual (gays e lésbicas), deixando de lado outras formas de sexualidade e identidade de gênero. Por isso, há alguns anos a sigla LGBT passou a ser adotada, por englobar também bissexuais, travestis e transexuais e trouxe o L, de lésbica, como letra inicial para destacar a desigualdade de gênero que também diferencia homossexuais femininas e masculinos. (Disponível em: <http://ggemis.blogspot.com.br/2014/08/lgbt-lgbti-lgbtq-ou-o-que.html>. Acesso: 27 jul. 2017)

No que concerne aos transgêneros, importante frisar que o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. De acordo com reportagem da Agência Brasil, entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país, segundo pesquisa da organização não governamental Transgender Europe (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero. Números mais atualizados da mesma ONG indicam que entre janeiro de 2008 e junho de 2016, mais de 900 transgêneros foram vítimas de homicídio no Brasil, colocando o país novamente no topo do ranking mundial de mortes de transgêneros.

Isso evidencia os crimes caracterizados atualmente como homofobia e transfobia, que significam fobia, intolerância a lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. Está intrinsecamente ligada a questões conservadoras, muitas vezes imposta por valores familiares ou religiosos. Daí o fato de ser algo muito recorrente: há muitos grupamentos sociais que não são tolerantes ao homossexualismo e consequentemente aos transgêneros, promovendo políticas contra e consequentemente provocando atos homo e transfóbicos.

Um ponto que se faz necessário ressaltar nesta pesquisa é a reflexão sobre os travestis e transexuais como experiências de gênero e suas representações na

linguagem. Benedetti (2005), através de um estudo etnográfico, buscou categorizar as identidades transgêneras. Tal estudo lhe permitiu verificar que as vivências no universo trans trazem consigo uma diversidade de práticas e visões de mundo, buscando sempre uma ressignificação corporal, o que traz um desafio ao classificar suas identidades.

Ainda, realizamos uma análise semântica e morfológica das palavras “transexual” e “travesti”. Ao buscar seu significado no *Dicionário Michaelis*, verificamos que o verbete “transexual” é apresentado como adjetivo e substantivo e aos gêneros masculino ou feminino:

1. Que ou aquele que revela o transexualismo. 2. Que ou aquele que se submeteu a tratamento com hormônios (estrogênio ou testosterona) e procedimento cirúrgico, a fim de adquirir características do sexo oposto. *adj m+f
Med, Psciol 1 Relativo a ou próprio do transexualismo. 2 Diz-se de procedimento clínico ou cirúrgico que tem como objetivo alterar os traços sexuais externos de uma pessoa, tornando-os semelhantes aos do sexo oposto.* (MICHAELIS, 1998, p. 2098).

Já a palavra “travesti”, ainda segundo o mesmo *Dicionário Michaelis* (1998), é classificada na língua portuguesa como substantivo masculino, de origem francesa, cujo significado é: “**1** Disfarce sob o traje de outro sexo. **2** por ext. Disfarce.” (p. 2108).

Com isso, podemos concluir que, enquanto a palavra “transexual” admite tanto os gêneros masculino e feminino, segundo a norma culta, a palavra “travesti” aceita apenas o gênero masculino. Embora se trate de uma primeira investigação – a mais simples e corriqueira: a do dicionário – podemos verificar que as palavras “travesti” e “transexual” são um grande desafio no momento da classificação de sua identidade ou gênero.

1.2. Transgêneros e Vivências Femininas

Judith Butler supera o dicionário ao mencionar que a identidade de gênero é constituída por gestos performativos, como forma de subverter (ou reproduzir) a ordem compulsória entre sexo, gênero e desejo. Ainda completa:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado, tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos (2008, p. 45).

A respeito do que seria “ser mulher”, Butler propõe duas perguntas: “Quem é o sujeito do feminismo?” e “É possível, pensar de forma categórica e universalizante, em ‘mulher’?”

Com base nesses questionamentos, verificamos diferenças na vivência de uma mulher cisgênero (cujo gênero corresponde ao seu sexo biológico) e de uma mulher trans (cuja expressão ou identidade de gênero é diferente da atribuída em seu nascimento). Portanto, mulheres trans, travestis e pessoas que se identificam com a feminilidade devem ser compreendidas como vivências femininas, cujas práticas e visões de mundo manifestam-se também no campo da linguagem.

Leite Jr. afirma que:

Como o discurso sobre a transexualidade possui uma aura mais ‘higiênica’ forjada nos laboratórios e consultórios da Europa e dos Estados Unidos e ainda pouco disseminado popularmente em suas especificidades teóricas, pode-se afirmar que o termo ‘transexual’ possui um capital linguístico mais valorizado que o termo ‘travesti’, podendo ser mais facilmente convertido em capital social e, desta forma, sendo capaz de abrir ou fechar portas segundo a maneira como a pessoa se autoidentifica ou é identificada (2011, p. 214)

Nem sempre o transexual tem consciência de que ao se definir como tal sofrerá menor rejeição do que se apresentar como travesti. Vemos, mais uma vez, como a representação por meio da linguagem é altamente ideológica e constrói um “sistema representacional”:

Na linguagem, fazemos uso de símbolos e signos (...) para significar ou representar para outros indivíduos nossos conceitos, ideias e sentimentos. A linguagem é um dos ‘meios’ através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são representados numa cultura (HALL, 2016, p. 18).

Ou seja, dependendo de como a pessoa transgênera se define, pode ser bem ou mal vista pelos indivíduos de uma mesma sociedade. Este argumento serve para reforçar ainda mais o sofrimento desses sujeitos, já que, muitas vezes, não podem sequer anunciar suas identidades, estando sujeitos ao julgamento de uma sociedade basicamente heteronormativa e despreparada para lidar com o não binário.

A teoria *queer*, por sua vez, comprehende o gênero como uma verdade não biológica, um sistema que engloba socialmente as subjetividades. Em outras palavras: há uma discrepância recorrente entre como uma pessoa não binária se sente e como a norma diz que deve se sentir. A transgeneridade enuncia o que podemos conceituar como a reivindicação de uma feminilidade. Touraine (2011, p. 17) menciona que o movimento *queer* critica as categorias de homem e mulher e “dá uma forma radical a estas ideias, não somente reivindicando as categorias de gay e lésbica, mas negando a existência real dessas categorias históricas”.

Queer é uma palavra inglesa que traz um conceito consolidado nos anos 1990, com a publicação do livro já referenciado anteriormente, de Judith Butler. A autora problematiza a essência do masculino, do feminino e do desejo. Sobre esta obra de Butler, Touraine (2011, p. 17) afirma que ela:

[...] questiona a construção da noção mesma de mulher através de uma aproximação heterossexual que obriga o gênero feminino a ser indissociável da dualidade sexual dos machos e das fêmeas. Ela rejeita todo essencialismo, toda definição ‘interna’ ou naturalista de feminilidade, que ela vê constituir-se através das práticas sociais, ainda que o pensamento dominante tenha definido a feminilidade como razão de ser das condutas particulares das mulheres. Essa crítica geral apoia-se principalmente nos protestos dos homossexuais, que rejeitam a redução da sexualidade à complementaridade dos dois sexos, mas ela confere também à transexualidade e às outras categorias uma grande importância, ao mesmo tempo em que insiste na particularidade das *butch* entre as lésbicas. [...]

A teoria *queer* é distinta dos estudos lésbicos e gays, pois considera que estas culturas sexuais foram normalizadas e não apontam para uma mudança social. Com isso, surge o interesse em estudar culturas sexuais não-hegemônicas, que subvertem ou rompem com normas socialmente determinadas de comportamento sexual e/ou amoroso, como os transgêneros.

Para Kulick (2008), as identidades trans, quando anunciadas nos suportes midiáticos, quase sempre estão associadas à marginalidade. Em sua obra *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*, reforça este argumento ao acompanhar de perto a vida de diversas travestis⁴ de Salvador, entregues à marginalidade em virtude da rejeição que sofrem por serem trans. Ele evidencia, também, o êxodo de

⁴ Daqui em diante, embora a norma trate o verbete “travesti” como masculino, utilizaremos a palavra no gênero feminino, em virtude da sua representatividade feminina.

travestis de cidades menores para grandes centros urbanos. Com isso, elas acabam encontrando nos programas sexuais a única fonte de renda e forma de sustento próprio, mas acabam marginalizadas e sujeitas a todo tipo de violência.

As identidades trans reveladas por Kulick em sua obra – as travestis – referem-se como mulheres, mas não desejam sê-las de fato. São homens biológicos que modificam seu corpo para parecerem mulheres, gostam de ser tratados e vestir-se como elas, mas mantêm o pênis, e muitas vezes acabam utilizando-o em seus programas sexuais. Ou seja, ainda que carregando consigo a feminilidade, são ativas⁵ nas relações性uais. É a reunião das características corporais e trejeitos femininos com o órgão sexual masculino que as tornam atraentes, conforme lemos abaixo:

No começo da putaria da minha vida, tinham mais homens do que mariconas⁶. No começo da minha ... carreira artística, certo? Tinham mais homens. Hoje em dia é o contrário, todos querem dar. Mesmo os boyzinhos. Hoje em dia todos querem chupar, dar - antes não era assim. (KULICK, 2008, p.175)

Quanto às pessoas transexuais, diferentemente das travestis, há o desejo permanente de pertencer ao sexo oposto. Quando isso requer mudanças corporais, cirurgias, dentre outros, podemos classificá-las em MtF (*Male to Female*) e FtM (*Female to Male*)⁷. Em 1980, ocorreu a inclusão da transexualidade na Classificação Internacional de Doenças (CID) como um transtorno sexual, tal qual a pedofilia, a necrofilia, entre outros. A patologização desta condição fez com que essas pessoas passassem a ser consideradas “doentes”, acarretando-lhes diversos problemas de ordem social e psicológica.

Tal fato foi, por muito tempo, alvo de debate no mundo todo, através de manifestações das mais diversas organizações que solicitavam aos editores do Manual do CID a revisão desse item e a consequente despatologização da transexualidade. No Fórum “Transexualidade e o diálogo com os saberes: do experiencial ao direto, passando pelo serviço social, psicologia e medicina”, promovido pela Defensoria

⁵ Em uma relação sexual envolvendo dois homens cisgêneros ou um homem cisgênero e uma mulher transgênero com órgão genital masculino, ativo é quem realiza o ato da penetração e passivo é aquele que a recebe.

⁶ “Maricona” é um termo utilizado no universo trans para referir-se a homens adultos que gostam de ser passivos no ato sexual.

⁷ MtF (*Male to Female*) é a pessoa que passa do gênero masculino ao feminino, enquanto FtM (*Female to Male*) é a pessoa que passa do gênero feminino ao masculino.

Pública do Estado de São Paulo e sua respectiva escola, a presidente da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), Fernanda de Moraes, comentou a respeito:

Reivindicamos os termos transexualidade e travestilidade como uma condição fisiológica inata, é preciso adotar uma postura de legalização, reconhecimento e respeito dessa população. (Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/forum-debate-associacao-da-transexualidade-doencas-de-transtornos-sexuais>>. Acesso: 10 abr. 2018)

A inclusão da transexualidade no CID também fez com que fossem estabelecidos critérios diagnósticos para o tratamento desta patologia. Segundo Saadeh (2004, p. 207), baseado em diversos autores, um dos critérios para o diagnóstico do transexualismo seria a anamnese:

[...] história desde a infância de inadequação de gênero; quadro não relacionado à situação de estresse; ausência de sinais de fetichismo; experiências homossexuais raras e geralmente na fase de definição pessoal, quando descobre que não é adequado à categoria homossexual; vivência no gênero desejado sem conflitos; crença de que é heterossexual e de que é membro do gênero oposto ao seu sexo anatômico; busca da transformação hormonal e cirúrgica; repugnância pelos genitais e vontade de transformá-los.

No dia 18 de junho de 2018, ocorre uma mudança histórica de cenário para as pessoas transgêneras: a Organização Mundial da Saúde (OMS) deixou de considerar a transexualidade como transtorno mental na nova edição da Classificação Internacional de Doenças (CID0-11)⁸. Ela ainda figura na CID, mas em uma nova categoria, a de saúde sexual, com a justificativa de que é uma maneira para o incentivo de políticas públicas de saúde à população transgênero. Em vídeo disponível no canal oficial da OMS no YouTube, a coordenadora da Equipe de Adolescentes e Populações em Risco da agência, Drª Lale Say, explicou as mudanças:

O raciocínio é que as evidências agora são claras de que a incongruência de gênero não é um transtorno mental, e classificá-la desta maneira causa enorme estigma para as pessoas transgênero. Ainda há necessidades significativas de cuidados de saúde que podem ser melhor atendidas se a condição for

⁸ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529346704_000097.html>. Acesso em: 25 jun. 2018.

codificada sob o CID (Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/oms-retira-transexualidade-da-sua-lista-de-doencas/>>. Acesso em: 25 jun. 2018.)

Atualmente, no Brasil, o movimento transgênero tem se organizado de forma a reivindicar sua identidade de gênero. Isso surge como uma forma de desvincular-se dos homossexuais, uma vez que a sigla LGBTIQ os integra e a sociedade em geral, durante muitos anos, acabou confundindo os conceitos de orientação sexual (gênero pelo qual a pessoa sente atração) e identidade de gênero (gênero com o qual a pessoa se identifica). Isso serve, conforme mencionado por Butler (2015) para demonstrar que:

o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes ‘contextos históricos’, estabelecendo intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (p. 20)

Para Castro (2016), as pessoas trans “renunciam a estabilidade dos campos da normalidade para surgir como portência de emergência” (p. 153). Para a autora, a resistência é inscrita no campo político através de suas práticas artísticas e culturais. Acredita-se que as dissidências性uais tenham se transformado em multidões, abrindo um campo relativamente novo no Brasil e requerendo ações de resistência e uma maciça força política para sua afirmação.

2. O UNIVERSO TRANS E A MÍDIA DIGITAL

2.1. Transgêneros, mídia e consumo

Kulick (2008) tece várias críticas ao relacionar mídia e travestilidade. Segundo o autor, algumas das ideias que a mídia jornalística veiculou, no que concerne às travestis, são de que se deve ter medo ou pena delas:

Essas reportagens pintam sempre uma mesma imagem das travestis como pessoas pervertidas, armadas, viciadas em drogas, marginais que transmitem Aids e atraem homens inocentes, colocando-os em situações perigosas para então assaltá-los, enfim, como pessoas que perturbam a ordem pública, espalhando o caos. (2008, p. 51).

Spink (2006), ao analisar a naturalização da desigualdade em notícias de jornal em São Paulo, afirma que os termos usados para “descrever” as notícias têm efeitos ideológicos, uma vez que situam os diversos atores da rede humana e não humana em relações de poder.

Fica evidente uma produção discursiva midiática alheia às questões de gênero. Observamos que os repertórios sobre transgeneridades atuam numa reiteração de estígmas sobre travestis ou transexuais, criminalizando-os e poucas vezes favorecendo-os. Ao explorar detalhadamente tais narrativas, observamos que seu conteúdo está preenchido por representações, que tomam corpo por meio da linguagem, em condições reais de uso e interação, gerando efeitos de sentido produzidos em seu contexto, isto é, a enunciação traz consigo o caráter fundamentalmente dialógico.

Assim, podemos dizer que esse discurso não foi dito pela primeira vez por seu enunciador. Para que o enunciado “[...] imagem das travestis como pessoas pervertidas [...]” (Kulick, 2008, p. 51) seja compreendido pelo enunciador e pelo interlocutor, enunciados anteriores foram necessários para que os significados fossem esclarecidos (“O que é imagem?”, ‘O que é uma travesti?’, ‘O que são pessoas pervertidas?’).

Sobre enunciados,

[...] compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados, a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação excluem [...] deve-se mostrar por que não poderia ser outro, em que exclui a qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. (FOUCAULT, 1996, p.31)

O enunciado é necessariamente histórico, assim como as formações discursivas, o discurso e o sujeito de dizer. “O discurso ‘rege’ certas formas de falar, escrever ou se dirigir a [um] tema de forma aceitável e inteligível, então, também, por definição, ele ‘exclui’, limita e restringe outros modos” (Hall, 2016, p. 80). Daí a importância do conceito foucaultiano de formações discursivas:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, (...) os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva (...). (FOUCAULT, 2009, p. 43)

Tal conceito foi apropriado pela análise do discurso de linha francesa. Para Michel Pêcheux, o principal teórico desta escola:

Formação discursiva [é] aquilo que, numa formação ideológica, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (1995, p.60)

Vemos assim que, para o teórico francês, as formações discursivas implicam em luta de classes. Embora não estejamos tratando desse aspecto, a formulação pecheutiana esclarece que os interlocutores aprendem a selecionar enunciados, buscando adequá-los ao que é permitido e aceito por determinadas classes sociais. Quando fora de lugar, geram conflitos, como afirma Kulick, em se tratando da mídia. Desde seu surgimento, é utilizada como instrumento de poder e de aparato ideológico para justificar práticas de exclusão, também contra os transgêneros, ou seja, há uma posição discursivo-enunciativa exercida nas mídias. Brittos e Gastaldo (2006, p. 124) confirmam a ideia da mídia como campo de conflitos de interesses:

É evidente que o campo midiático é lugar de disputas entre diferentes participantes, em condições desiguais de poder econômico e simbólico, sendo o somatório de seus discursos uma polifonia nem sempre afinada. No seu conjunto, entretanto, podem ser identificadas tendências à reiteração da ordem social instituída – seja em termos institucionais, seja em relação a conflitos de classe, raça ou gênero.

Podemos dizer que, atualmente, os meios de comunicação massivos têm dado visibilidade às questões trans, porém, o discurso continua marcado pela violência e criminalidade contra esse grupo social. Notamos que alguns campos, como a publicidade, têm destacado personagens ou temáticas trans em suas propagandas. Páginas de redes sociais, jornais digitais, filmes e séries também têm trazido personagens trans em seus enredos, porém quase sempre os marginalizando, os satirizando ou os desrespeitando. Surgem novos espaços de sociabilidade que podem ser acessados, abrindo espaço para subjetividades, sobre as quais Lazaratto (2014, p.54) comenta:

A produção de subjetividade é, de fato, um processo “coletivo”, que vai além do individual, em uma dimensão extrapessoal (sistemas maquinicos, econômicos, sociais, tecnológicos) e aquém da pessoa (intensidades pré-verbais provenientes de uma lógica dos afetos e intensidades).

Tem-se, assim, que as pessoas transgêneras não estão imunes ao chamado consumo de imagens. Ora associadas à marginalidade, ora ao silenciamento, será apenas por intermédio dessas mesmas imagens, mas transformadas, que sairão da invisibilidade e poderão empenhar-se na luta política, que também é constituinte das mídias:

Somente por seu intermédio é que a dimensão política das visibilidades pode ser articulada. Uma vez que a mídia representa na contemporaneidade uma ambiência central às visualidades e visibilidades, o consumo vigente das formas ser e estar promovidas por elas se insere nesses processos comunicacionais. A mídia não pode ser tomada, então, como fechada ou impassível. Ao contrário, ela deve ser compreendida como um contínuo campo de disputas, pois os sujeitos não normativos ocupam espaços midiáticos diversos (THEODORO, 2016, p.5).

No que concerne à transgeneridade, há ainda um longo caminho a ser percorrido, principalmente pelos responsáveis pela produção de conteúdo na mídia.

Afinal, ela exerce um importante papel na sociedade: conscientizar, informar e (des) construir conceitos e estereótipos.

Ainda, a respeito das mídias sociais, entendemos que elas têm sido um suporte importante para a manifestação da opinião pública. Com isso, não se pode esquecer que, no mundo atual, há uma aceleração das transformações da comunicação midiática, resultante do desenvolvimento de tecnologias e da reconformação de seus usos (COGO; BRIGNOL, 2011). Tendo em vista a propagação da internet, devemos pensar em uma sociedade largamente midiatizada e, ainda, em uma sociedade em rede “no marco do qual essa ambiência organizada pela mediação das mídias se torna responsável por meio de uma interconexão em escala antes inconcebível” (COGO; BRIGNOL, p. 79). Com isso, uma maciça participação individual e coletiva implica “em reordenamentos nos processos comunicacionais, incluindo aqueles no âmbito da recepção e que envolvem especialmente as materialidades da internet e seus possíveis usos pela sociedade” (COGO; BRIGNOL, p.79).

Uma vez que “os meios não apenas constroem e fazem circular sentidos, mas configuram uma ambiência e redefinem nossa experiência” (COGO; BRIGNOL, 2011, p. 79) e que “nossa jornada diária implica movimento pelos diferentes espaços midiáticos e para dentro e fora do espaço da mídia” (SILVERSTONE, 2005, p. 24), podemos afirmar que as mídias servem como base para um mundo permeado por imagens. Nesse sentido, “Mergulhamos no império das visualidades cujos elos que o regimentam são as práticas de consumo. Nesse âmbito, as imagens se voltam diretamente a ele, sendo apropriadas, cambiadas e/ou descartadas” (THEODORO, 2016, p. 37).

Concordamos, portanto, com as afirmações de Theodoro:

Em síntese, as produções e os consumos das visibilidades das pessoas transgêneras colaboram ao estabelecimento e à ratificação de lutas por reconhecimento, de seus interesses, valores e demandas, muito embora haja assimetrias nesse processo. (2016, p.5).

Podemos afirmar que “o consumo, enquanto atividade individual e coletiva, privada e pública, atua na produção de significados. Junto às mídias, forma, por conseguinte, uma tríade: consumo-imagem-significado” (THEODORO, 2016, p. 37). Complementa ainda SILVERSTONE (2005, p. 150), ao afirmar que: “consumimos a

mídia. Consumimos pela mídia. Aprendemos como e o que consumir pela mídia. Somos persuadidos a consumir pela mídia. A mídia, não é exagero dizer, nos consome".

Durante o ano de 2016, os enunciados que compõem o corpus desta pesquisa foram alvo de repercussões nas mídias digitais. A interação viva denota a influência que a mídia tem no processo opinativo das pessoas. Cogo (2004) reforça esta ideia ao deixar claro que as mídias proporcionam conflitos e visibilidade às ações dos diversos setores sociais e instituições, assim como outros pensadores aqui lembrados: Pêcheux, Brittos e Gastaldo.

2.2. Silenciamento e (In)visibilidades Trans na Mídia Digital

A sociedade contemporânea é, ao mesmo tempo, vítima e protagonista de estigmas e violências provenientes da cultura patriarcal e heteronormativa. Com certa frequência, verificamos preconceitos de gênero que aparecem na mídia digital quando noticiam eventos ocorridos com homens ou mulheres que não se enquadram nos padrões estabelecidos pela dicotomia de gênero (feminino/masculino), que não atendem a uma correspondência direta com a biologia, segundo a qual "a materialidade dos corpos, e mais precisamente a anatomia dos órgãos genitais, (...) vai determinar o gênero" (THEODORO, 2016, p. 15). Trata-se de pessoas que não atendem ao padrão de uma sociedade heteronormativa, que ressaltam as diferenças sexuais e de gênero. Acerca disso, Thurer afirma:

Houve um tempo em que havia apenas dois gêneros: masculino e feminino. Homens eram, tipicamente, sujeitos grandes e peludos que não necessitavam abaixar o assento do vaso sanitário. Mulheres eram pessoas menores e menos peludas, que necessitavam abaixar o assento do vaso sanitário. [...] Era fácil distinguir quem era quem. Hoje em dia abandonou de ser tão fácil. Homens usam rabo de cavalo e brincos e frequentam cursos sobre como cuidar de bebês; mulheres exibem tatuagens e bíceps fortes e fumam charutos. Onde quer que a gente olhe – na TV, no cinema, em revistas, em livros de autoajuda – vemos não dois gêneros, mas algo mais próximo de um cruzamento entre eles, um ponto qualquer dentro de um continuum. (2005, p. 1, tradução nossa).⁹

⁹ Once there were only two genders: male and female. Males, typically, were the big hairy ones who left the toilet seat up. Females were the smaller, less hairy ones who put the toilet seat down. They had eyes only for each other. It was easy to tell them apart. These days it's not so easy. Men sport ponytails and earrings and teach nursery school; women flaunt their tattoos and biceps and smoke cigars. Everywhere

Embora na citação acima a autora refira-se mais a comportamentos que a identidades de gênero, já aponta a transgenerideade no enunciado: “vemos não dois gêneros, mas algo mais próximo de um cruzamento”. Não se trata apenas de um “cruzamento de gêneros”, o que afeta os transexuais, mas, isto sim, de uma complexa crise de identidade, pois a autoimagem não corresponde ao seu reflexo no espelho. Sob essas circunstâncias, homens e mulheres passam a experimentar o chamado “*locus da precariedade*” (Butler, 2015).

Como já visto, o binarismo de gênero é insuficiente para abranger a sexualidade humana. Graças aos estudos de Judith Butler, principalmente a partir de sua obra inaugural *Gender trouble*, em 1990, o termo *queer* entrou em circulação nos países anglófonos para desconstruir o que até então se considerava a “essência” do masculino, do feminino e do desejo. No entanto, segundo Vieira (2017):

Queer não é um termo inteligível no Brasil. As pessoas não se descrevem como *queer* por aqui. Ao menos, não as pessoas que não têm acesso a essa teoria. Mas no Brasil, os mesmos processos de normatização e subalternização dos corpos estão presentes. Aqui não há o *queer*, mas há ‘o traveco’. Não há o *queer*, mas há ‘o viadinho’. Não falam *queer*, mas falam ‘a sapatona’. (Disponível em: <http://paradasp.org.br/o-que-e-a-teoria-queer-de-judith-butler>. Acesso em: 20 jul. 2017).

Acrescente-se a isso a invisibilidade a que estão sujeitos os que se identificam como *queers* e os raros estudos na academia brasileira sobre o tema da transgenerideade. A respeito das visibilidades, Theodoro (2016) afirma:

De fato, ao abordar a temática das visibilidades, há uma demanda em tensionar as formas como nossos olhares são constituídos e a importância que possuem para as relações sociais. Se nem tudo que pode ou deseja ser visível adquire uma visibilidade, as disputas que a envolvem se convertem em uma questão central à nossa sociedade e cultura, especialmente às minorias. Logo, o estudo das construções de visibilidades da transgenerideade no espaço das mídias se torna extremamente relevante para refletirmos sobre as situações de vida das próprias pessoas transgêneras. (2016, p. 139)

Ainda segundo Theodoro (2016), as pessoas transgêneras ainda são “sujeitos invisíveis, pré-sujeitos, quase-sujeitos ou não-sujeitos”. Com isso:

we look—on television, at the movies, in glossy magazines, in self-help books—we see not two genders, but something more like a crossbreed, a point on a continuum.

[...] sua autonomia de agenciamento fica extremamente comprometida. Patenteia-se, então, a deterioração de uma humanidade. Mas se a noção de humanidade que nos constitui não é ontológica nem metafísica, constatamos que o status de humano se alicerça em um projeto político que não leva em consideração as vivências que transgridem as normas de gênero. (p. 67)

Em acréscimo, Bento (2011, p. 90-91) afirma que:

Para que a diferença sexual fosse compreendida como algo necessário para o indivíduo entrar na ordem simbólica, portanto, humano, e tornar-se sujeito, foi resultado de uma extensa e intensa produção discursiva do saber/poder médico e pelas ciências psi. Enquanto a diferença sexual estiver no centro da invenção do humano moderno, a transexualidade e outras expressões de gênero que negam essa precedência estarão relegadas ao limbo existencial.

Por outro lado, Preciado (2008) menciona que os corpos trans, ao contrário dos biocorpos, são considerados menos reais, por utilizarem tecnologias (cirurgias, terapia hormonal, entre outros) para modificar o gênero designado no momento do nascimento. Isso faz com que os indivíduos transgêneros não sejam “vistos”. Como consequência, sua representatividade é minada e sua visibilidade pública é constantemente invisibilizada: os regimes de visibilidade e aceitabilidade social ficam comprometidos.

É o que indicam os dados concretos pesquisados no banco de teses da Capes já mencionados. Na grande área de Ciências Sociais Aplicadas, na qual a Comunicação se insere, de 2014 a 2016, foram defendidos, entre mestrados e doutorados, apenas seis trabalhos em que a palavra “transgênero” comparece nos títulos ou nas palavras-chave. Já com a palavra *queer* chegamos a 39 resultados, mas em um período um pouco mais extenso: de 2013 a 2017. (Disponível em <[http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/_](http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/). Acesso em: 07 ago. 2017).

Esses totais mostram a quase inexistência de estudos com esta temática nos 84 programas de pós-graduação recomendados e reconhecidos no Brasil em Comunicação e Informação, conforme o data Capes, no ano de 2017. Em poucas palavras, praticamente não há registros acadêmicos da condição transgênera no Brasil.

Tais números, ainda que defasados em cinco anos, quando o Banco de Teses atualizou seu último levantamento acerca da “mulher”, sugerem o desprestígio dos estudos voltados à sexualidade não normativa. Talvez decorrentes dos estudos de gênero no Brasil, em voga desde meados dos anos 1980, as mulheres ainda tenham

mais visibilidade acadêmica que os homens e esses, por sua vez, muito mais que as pessoas transgêneras ou sobre a teoria queer.

Nas mídias digitais ocorre o mesmo apagamento, apesar de sua interatividade. Até a edição do Rio de Janeiro, os atletas transgêneros ainda não haviam ganhado espaço notório nos Jogos Olímpicos nem em suas notícias. Não havia regras sobre como deveria ser sua participação, se poderiam competir nas categorias masculina ou feminina. Não havia espaço para eles. Não havia visibilidade. Como dito por Theodoro (2016), as minorias precisam se tornar midiática e publicamente visíveis para que suas reivindicações sejam ao menos legitimadas. Isto ocorre em virtude da heterogeneidade de pensamentos e das influências culturais e sociais a que estamos submetidos.

Todavia, como as mídias são entremeadas por embates sociais que envolvem distintos atores e posicionamentos, as políticas de visibilidade se constroem e são disputadas, mesmo que de modo limitado, nos espaços sociais, de consumo, de leitura e interpretação das próprias experiências de transgeneridade. (p. 140-141)

Há sempre de se mencionar as categorias naturalizadas em nossa cultura. Para Butler (2015, p. 199) “Como discursivo e perceptivo, o ‘sexo’ denota um regime epistemológico historicamente contingente, uma linguagem que forma a percepção, modelando à força, as inter-relações pelas quais os corpos físicos são percebidos”. Ou seja, o corpo trans, “disfórico” e antes patologizado como transtorno de identidade de gênero e com número de CID, precisa ser recodificado.

É preciso lutar para desconstruir as normas cissexistas, pois conforme Castro (2016), o corpo não deve ser lugar de opressão e domínio apenas, precisa ser um espaço para construir multiplicidades e resistência.

3. A PRESENÇA TRANS NAS OLIMPÍADAS RIO 2016

3.1. Jogos Olímpicos Rio 2016: Olimpíadas da Representatividade?

Os Jogos Olímpicos de Verão de 2016, que ocorreram no Brasil, mais especificamente no estado do Rio de Janeiro, trouxeram novos conceitos para as Olimpíadas: os de diversidade e representatividade. Pudemos verificar, nesta edição dos Jogos Olímpicos, a maior porcentagem de atletas mulheres até então: 45%¹⁰. Além disso, foi uma edição mais do que importante para atletas trans: o COI publicou, depois de muitos anos de discussão, as diretrizes para que atletas transgêneros pudessem competir sem a necessidade de cirurgia.

Figura1 – Bandeira do Orgulho Trans com o Símbolo das Olimpíadas



Fonte: Site “Sensacionalista”, 2016

Isso trouxe maior visibilidade às pessoas transexuais no evento, promovendo essa edição dos Jogos Olímpicos aos mais inclusivos da história. A participação de atletas trans pôde ser verificada desde a condução da tocha pela cartunista brasileira Laerte, passando pela cerimônia de abertura, com a modelo transexual Lea T à frente

¹⁰ Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2016/08/05/trans-indios-mulheres-e-negros-esta-sera-a-olimpiada-da-repre_a_21695521/>. Acesso em 10 abr. 2018.

da delegação brasileira até a participação efetiva de uma atleta intersexual em uma das modalidades.

Outras mulheres trans, em suas bicicletas, também conduziram delegações de países distintos, como a agente de turismo Maria Eduarda Menezes, com as delegações de Moçambique, Suécia e República Islâmica do Irã e a figurinista Fabíola Fontenelle, com as da Alemanha, República Tcheca, Índia e Emirados Árabes Unidos¹¹.

Figura 2 – A cartunista Laerte conduzindo a tocha olímpica



Fonte: Site “Sensacionalista”, 2016

Figura 3 – Maria Eduarda Menezes e Fabíola Fontenelle na Cerimônia de Abertura das Olimpíadas Rio 2016

¹¹ Disponível em <<http://pheeno.com.br/2016/08/voce-sabia-que-alem-de-lea-t-outras-duas-mulheres-trans-foram-destaques-na-abertura-das-olimpiadas/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.



Fonte: Site “Sensacionalista”, 2016

O maior destaque da visibilidade trans nessas olimpíadas foi a participação da modelo Lea T (Lea Cerezo) na abertura das Olimpíadas Rio 2016, inaugurando a participação de pessoas trans em aberturas dos Jogos Olímpicos. Apesar da participação de outras pessoas transgêneras na cerimônia de abertura, Lea T é uma trans que adquiriu maior visibilidade na mídia nos últimos anos, em virtude de ser filha de um famoso ex-jogador de futebol (Toninho Cerezo) e por possuir uma sólida carreira internacional como modelo.

Ela estava à frente da equipe olímpica brasileira, mas apesar de sua grandiosa participação, muitos ficaram decepcionados pela escassa cobertura televisiva que lhe foi dada¹². Criticaram, principalmente em redes sociais, que outras modelos cisgêneras que estavam à frente das delegações tiveram maior exposição televisiva que ela.

¹² Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/08/1799624-a-frente-do-time-brasil-na-olimpíada-transexual-lea-t-desaparece-na-tv.shtml>>. Acesso em 10 abr. 2018.

Figura 4 – Tweets abordando a participação da modelo Lea T na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio-2016

léor (@leosilmaciel)

CORTARAM A ENTRADA DA LEA T
11:12 PM - Aug 5, 2016

1 1 See léor's other Tweets

Giulia (@giuliacerqeira)

foi a globo que não focou na Lea T ou ela saiu disparada??? eu não consegui nem ver bicicleta direito #CerimoniaDeAbertura
11:06 PM - Aug 5, 2016

5 1 See Giulia's other Tweets

iara kolene (@iarafm)

Não vi a rainha Lea T na bike
11:06 PM - Aug 5, 2016

1 See iara kolene's other Tweets

Fonte: Twitters @iarafm, @giuliacerqeira e @leosilmaciel

Sua aparição na televisão aberta chegou a ser comparada nas redes sociais à participação de um exoesqueleto robótico criado pelo neurocientista Miguel Nicolelis, que fez um jovem paraplégico dar o primeiro chute da Copa de 2014.

Figura 5 – Tweet comparando a aparição da modelo Lea T na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos Rio-2016 a do “robô” exoesquelético criado pelo neurocientista Miguel Nicolelis.

Felipe André
@grottlol

Lea T se comparada ao robô do nicolelis. 2 segundos de aparição.
11:15 PM - Aug 5, 2016

See Felipe André's other Tweets

Fonte: Twitter @grottlol

Figura 6 – A modelo Lea T conduzindo a delegação brasileira na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos



Fonte: Site "Sensacionalista", 2016

Em novembro de 2015, poucos meses antes da edição 2016 dos Jogos Olímpicos, o Comitê Olímpico Internacional (COI) revisou sua legislação em relação às atletas trans para que atletas trans pudesse competir. O documento, intitulado "Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism", foi elaborado por

diversos médicos renomados pelo mundo todo, muitos deles integrantes da Comissão Médica do COI.

Trata-se de uma impactante mudança política do COI, que coincide com a ampliação dos direitos da comunidade LGBTIQ. Atletas trans, discriminados e destinados a competir de acordo com seu sexo biológico durante todos estes anos, finalmente agora tinham algo a comemorar.

O documento, cuja reprodução integral encontra-se em anexo¹³, subdivide-se em duas categorias: *Transgender guidelines* (Diretrizes para Transgêneros) e *Hyperandrogenism in Female Athletes* (Hiperandrogenismo em Atletas do Sexo Feminino).

No que diz respeito às Diretrizes para Transgêneros, são elencadas várias razões para emitir-las, mencionando inclusive o documento de 2003 intitulado “*Stockholm Consensus on Sex Reassignment in Sports*”¹⁴ (Consenso de Estocolmo sobre Redesignação Sexual nos Esportes), considerado o primeiro documento em Jogos Olímpicos a mencionar como devem ser tratados os casos envolvendo atletas transgêneros. Após diversas considerações, o documento acaba por emitir as seguintes diretrizes:

Aqueles que mudem seu gênero de feminino para masculino são elegíveis para competir na categoria masculina sem restrição.

Aqueles que fazem a transição de homem para mulher são elegíveis para competir na categoria feminina nas seguintes condições:

O atleta declarou que sua identidade de gênero é feminina. A declaração não pode ser alterada, para fins esportivos, por um período mínimo de quatro anos.

O atleta deve demonstrar através de sorologia que seu nível total de testosterona está abaixo de 10 nmol/L por pelo menos 12 meses antes de sua primeira competição (com a exigência de que um período mais longo seja baseado em uma avaliação caso a caso confidencial, considerando que 12 meses é um período de tempo suficiente para minimizar qualquer vantagem na competição das mulheres).

¹³ Ver página 87.

¹⁴ Disponível em <https://stillmed.olympic.org/Documents/Reports/EN/en_report_905.pdf>. Acesso em 12 abr. 2018.

O nível de testosterona total do atleta deve permanecer abaixo de 10 nmol/L durante todo o período de elegibilidade desejado para competir na categoria feminina.

O cumprimento dessas condições pode ser monitorado por testes. Em caso de não conformidade, a elegibilidade do atleta para competição feminina será suspensa por 12 meses. (2015, p. 2/3, tradução nossa)¹⁵.

Até a publicação destas diretrizes, todo atleta trans que quisesse competir em Jogos Olímpicos em determinada categoria (feminina ou masculina) e tivesse uma genitália ambígua ou que não fosse condizente com a categoria pleiteada, deveria obrigatoriamente realizar uma cirurgia de transgenitalização. Agora, a cirurgia não é mais uma obrigatoriedade, bastando apenas que a pessoa se identifique como sendo de um gênero e esteja classificada para as Olimpíadas.

De acordo com o documento, mudanças cirúrgicas “não são necessárias para garantir uma competição justa e podem ser inconsistentes com o desenvolvimento de leis e ferir os direitos humanos”. Neste ponto, se faz importante ressaltar o avanço no posicionamento do COI, pois ao deixar de “exigir” a intervenção cirúrgica, denota reconhecimento de direitos aos atletas trans e um obstáculo a preconceitos que possam vir a surgir.

A única ressalva quanto à retirada da obrigatoriedade da cirurgia é no caso das mulheres *MtF* (*Male to Female*), que pela nova legislação, precisam ter os níveis de testosterona abaixo de 10 nmol/l, durante 12 meses antes da primeira competição e durante toda a competição, para que possa validar sua participação nos Jogos Olímpicos.

¹⁵ 1. Those who transition from female to male are eligible to compete in the male category without restriction.

2. Those who transition from male to female are eligible to compete in the female category under the following conditions:

2.1. The athlete has declared that her gender identity is female. The declaration cannot be changed, for sporting purposes, for a minimum of four years.

2.2. The athlete must demonstrate that her total testosterone level in serum has been below 10 nmol/L for at least 12 months prior to her first competition (with the requirement for any longer period to be based on a confidential case-by-case evaluation, considering whether or not 12 months is a sufficient length of time to minimize any advantage in women's competition).

2.3. The athlete's total testosterone level in serum must remain below 10 nmol/L throughout the period of desired eligibility to compete in the female category.

2.4. Compliance with these conditions may be monitored by testing. In the event of non-compliance, the athlete's eligibility for female competition will be suspended for 12 months.

Embora essa nova legislação (MtF) já estivesse vigorando na edição de 2016 dos Jogos Olímpicos de Verão, de acordo com a imprensa, não houve atletas trans classificados. O caso mais próximo de que se tem conhecimento é o do atleta Chris Mosier, dos Estados Unidos, que tentou se classificar para o triatlo, mas falhou em sua tentativa.

Figura 7 – Atleta estadunidense Chris Mosier



Fonte: Site Estadão

A respeito da Hiperandrogenismo Feminino, caracterizado pela produção em excesso, pelas mulheres, de hormônios masculinos (como a testosterona)¹⁶ e responsável por muitos dos casos de Intersexualidade em mulheres, foram emitidos os seguintes pareceres:

Devem existir regras para a proteção das mulheres no esporte e a promoção dos princípios da competição justa.

A IAAF, com o apoio de outras Federações Internacionais, Comitês Olímpicos Nacionais e outras organizações esportivas, é incentivada a voltar ao CAS com argumentos e evidências para apoiar o restabelecimento de suas regras de hiperandrogenismo.

Para evitar a discriminação, se não for elegível para competição feminina, o atleta deve ser elegível para competir na competição masculina. (2015, p. 3, tradução nossa)¹⁷

¹⁶ Disponível em: <<https://lifestyle.sapo.pt/saude/saude-e-medicina/artigos/hiperandrogenismo-feminino>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

¹⁷ *Rules should be in place for the protection of women in sport and the promotion of the principles of fair competition.*

Neste sentido, faz-se importante considerar a vitória da velocista sul-africana Caster Semenya na modalidade olímpica dos 800m nos Jogos Olímpicos Rio-2016. Portadora de hiperandrogenismo, sofreu acusações de ser homem e discriminação apesar de em 2009 ter realizado testes que comprovaram sua feminilidade biológica. Trecho de reportagem do site Globo Esporte (2016)¹⁸ diz que: “Caster Semenya se destaca no pelotão da final dos 800m rasos. Não por causa do seu corpo musculoso, e sim por ser inalcançável.” Esta frase serviu para corroborar a verdadeira mensagem das diretrizes do COI: não importa se Caster Semenya tem genitália masculina ou feminina, se é muito musculosa, se a voz é grossa ou não. O que importa é sua capacidade no esporte. E nisto, ela provou ser a melhor.

Figura 8 – Caster Semenya celebra sua primeira medalha de ouro



Fonte: Eric FEFERBERG / AFP

The IAAF, with support from other International Federations, National Olympic Committees and other sports organisations, is encouraged to revert to CAS with arguments and evidence to support the reinstatement of its hyperandrogenism rules.

To avoid discrimination, if not eligible for female competition the athlete should be eligible to compete in male competition.

¹⁸ Disponível em: <<http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/atletismo/noticia/2016/08/semenya-deixa-preconceito-e-rivais-para-tras-e-conquista-ouro-nos-800m.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

A direção da cerimônia de abertura ficou a cargo do cineasta brasileiro Fernando Meirelles que utilizou seu *Twitter* pessoal para, poucas horas antes do seu início, publicar informações a respeito dos participantes, provocando políticos contemporâneos tidos como transfóbicos em virtude de seus discursos na mídia.

Figura 9 – Tweets do diretor Fernando Meirelles

Tweet 1:

Fernando Meirelles @fmei7777 **Seguir**

A cerimônia de hoje terá índios, empoderamento dos negros e das mulheres, transgêneros e um alerta contra os riscos do uso de petróleo.

12:55 - 5 de ago de 2016

326 2.376 2.326

Tweet 2:

Fernando Meirelles @fmei7777 **Seguir**

Bolsonaro vai odiar a cerimônia. Trump também.
Pelo menos nisso acertamos.

12:55 - 5 de ago de 2016

666 3.946 4.340

Fonte: *Twitter* @fmei7777, 2016

Fernando Meirelles, ao mencionar em seus *tweets* “Bolsonaro vai odiar a cerimônia. Trump também.”, faz referência ao caráter “inclusivo” da cerimônia.

O deputado federal e candidato a presidência nas eleições de 2018 Jair Bolsonaro, conhecido na mídia em virtude do seu discurso conservador extremista, machista e homo/transfóbico, responde no STF a processo por racismo e discursos preconceituosos¹⁹.

O presidente dos Estados Unidos da América, Donald Trump, ganhou notoriedade em 2017 ao revogar medida do presidente anterior, Barack Obama, proibindo o alistamento de pessoas transgêneras nas Forças Armadas, o que

¹⁹ Disponível em: < <https://br.reuters.com/article/topNews/idBRKBN1HK2Z8-OBRTP>>. Acesso em: 10 mai. 2018.

motivou diversas manifestações e instaurações de processos pelo país e pelo mundo.

Figura 10 – Tweets do presidente *Donald Trump*

The figure displays three consecutive tweets from Donald J. Trump's official Twitter account (@realDonaldTrump). Each tweet includes a profile picture of Donald Trump, his name, a blue verification checkmark, and the Twitter logo. The first tweet, posted at 09:55, states: "After consultation with my Generals and military experts, please be advised that the United States Government will not accept or allow.....". The second tweet, posted at 10:04, states: "...Transgender individuals to serve in any capacity in the U.S. Military. Our military must be focused on decisive and overwhelming.....". The third tweet, posted at 10:08, states: "...victory and cannot be burdened with the tremendous medical costs and disruption that transgender in the military would entail. Thank you". Each tweet shows engagement metrics: likes (119k, 129k, 134k), retweets (64.9k, 86.2k, 111k), and people talking about it (119k, 129k, 134k).

Donald J. Trump @realDonaldTrump

After consultation with my Generals and military experts, please be advised that the United States Government will not accept or allow.....

09:55 - 26 de jul de 2017

119 mil 64,9 mil pessoas estão falando sobre isso

Donald J. Trump @realDonaldTrump

....Transgender individuals to serve in any capacity in the U.S. Military. Our military must be focused on decisive and overwhelming.....

10:04 - 26 de jul de 2017

129 mil 86,2 mil pessoas estão falando sobre isso

Donald J. Trump @realDonaldTrump

....victory and cannot be burdened with the tremendous medical costs and disruption that transgender in the military would entail. Thank you

10:08 - 26 de jul de 2017

134 mil 111 mil pessoas estão falando sobre isso

Fonte: *Twitter* @realDonaldTrump, 2017

Em seus *tweets*, Trump destacou:

Depois de consultar meus generais e especialistas militares, informamos que os Estados Unidos não aceitarão ou seguirão indivíduos transgêneros para servir em qualquer nível nas Forças Armadas dos EUA. Nossas forças armadas devem se concentrar na vitória decisiva e avassaladora e não podem ser sobrecarregadas com os tremendos custos e transtornos médicos que um transgênero nas forças militares acarretaria. Obrigado.²⁰ (Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/03/24/trump-assina-documento-que-limita-presenca-de-pessoas-trans-nas-forcas-armadas.htm>>. Acesso em: 10 mai. 18.)

Ou seja, para o presidente Trump, apenas pessoas cisgênero podem servir às Forças Armadas, uma vez que elas não trariam “tremendos custos e transtornos médicos” tais quais os indivíduos transgênero. Trata-se de uma postura altamente discriminatória e heteronormativa, uma vez que o fato de um indivíduo ser ou não transgênero não está relacionado à ter ou não uma boa capacidade laborativa.

3.2. 3.2. Análise do Corpus

Segundo Mikhail Bakhtin (2003, p. 261), “Todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem”. Assim, podemos dizer que as mídias digitais, bem como outros suportes midiáticos, utilizam diversos gêneros discursivos para veicular informações, críticas, notícias, opiniões. A partir desse princípio, reconhecemos que o entendimento de um enunciado é uma atividade tão intensa quanto sua produção, uma vez que “toda compreensão é prenhe de resposta e, nessa ou naquela forma [...] o ouvinte se torna falante” (2003, p. 271).

Na perspectiva bakhtiniana, não há compreensão passiva do significado: isso ocorre apenas durante “um momento abstrato da compreensão ativamente responsiva real e plena, que se atualiza na subsequente resposta em voz alta” (2003, p. 271). Ainda segundo Bakhtin, tanto o discurso lido quanto o falado “responde aos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte” (2003, p. 272).

Isto quer dizer que ninguém fica indiferente aos discursos em circulação; o próprio falante (no caso da oralidade) espera “uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução” (2003, p. 272). Em outras palavras: todos os

²⁰ After consultation with my generals and military experts, please be advised that United States will not accept or follow Transgenders individuals to serve in any capacity in the U.S. Military. Our military must be focused on decisive and overwhelming victory and cannot be burdened with the tremendous medical costs and disruption that transgender in the military would entail. Thank you.

envolvidos em uma situação discursiva relacionam-se com “enunciados antecedentes – [d]os seus e alheios [...]. Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (2003, p. 272). Tal dinâmica não impede que o produtor/receptor também se antecipe às respostas ou ceda a transmissão da palavra a outrem. O discurso não ocorre no vácuo, no vazio.

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. [...] A compreensão é uma forma de diálogo. (BAKHTIN, 1992, p. 131)

Ainda que o vocábulo “diálogo” remeta ao campo semântico da solução de conflitos e do entendimento, as relações dialógicas podem ser opostas: divergentes ou convergentes, comprehensivas ou desinteligentes. Isso quer dizer que os enunciados são dialógicos, conceito fundamental para Mikhail Bakhtin, e também heterogêneos.

Nas palavras de Fiorin:

[O enunciado] é sempre heterogêneo, pois ele revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói. Ele exibe seu direito e seu avesso. Por exemplo, quando se afirma “Negros e brancos têm a mesma capacidade intelectual”, esse enunciado só faz sentido porque ele se constitui em contraposição a um enunciado racista, que preconiza a superioridade intelectual do branco em relação a outras etnias. Essa declaração deixa ver seu direito, a afirmação intelectual da identidade de brancos e negros, e seu avesso, a superioridade intelectual dos brancos. Numa sociedade em que não houvesse racismo, não faria sentido, por ser absolutamente desnecessária, a asseveração de igualdade acima mencionada. (2006, p. 24)

Os sons, as palavras e as orações são considerados as unidades da língua, e Bakhtin, ao abordar os gêneros do discurso, observou que a comunicação verbal ocorre através de enunciados que, em sua opinião, são as unidades reais da comunicação verbal. As unidades da língua possuem significação, porém é como se não tivessem autoria e nem pertencimento. Cada palavra, oração ou período possui sua complexidade, mas não possibilita resposta. O enunciado, por sua vez, tem autoria e, por isso, revela uma posição e um destinatário. Quando um indivíduo toma por sua uma palavra e a dirige a outra pessoa, ela se torna um enunciado.

Bakhtin define alguns conceitos de dialogismo: o *constitutivo* se constitui a partir de uma réplica a outro enunciado, como postula Fiorin (2006, p. 24), ao retomar Bakhtin. Diferentes posições levam a uma contradição entre as vozes participantes, geram polêmica entre uma e outra, sobre a qual está em oposição. Em outras palavras: “todos os enunciados constituem-se a partir de outros enunciados” (FIORIN, 2006, p. 30). Acerca do dialogismo, complementa Bakhtin:

A orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo o discurso. Trata-se da orientação natural a qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa (2002, p. 88).

Além do dialogismo constitutivo, que não se mostra no fio do discurso, há outro que se mostra. Trata-se da incorporação pelo enunciado da voz ou das vozes de outrem no enunciado. É o dialogismo *composicional*, ao qual Bakhtin chama de concepção estreita de dialogismo, mas não menos importante. É o modo de funcionamento real da linguagem, é o próprio modo de constituição do enunciado. São formas de inserir o discurso alheio no próprio enunciado, direta ou indiretamente. Um terceiro conceito é o da *subjetividade*, “constituída pelo conjunto de relações sociais de que participa o sujeito” (FIORIN, 2006, p. 55). Isso quer dizer que “cada indivíduo tem uma história particular de constituição de seu mundo interior, pois ele é resultante do embate e das interpelações desses dois tipos de vozes” (FIORIN, 2006, p. 56): as que são incorporadas como voz da autoridade e as que são permeáveis à impregnação por outras vozes (FIORIN, 2006, p. 56).

Embora à primeira vista um texto possa parecer homogêneo, ele é constituído de diferentes partes que possuem suas próprias características. Com isso, encontramos diferenças, por exemplo, entre o que seria um parágrafo de introdução ou de conclusão. Ainda, há outros componentes que fazem parte do texto, mas que costumam ser ignorados, como legendas, figuras, gráficos e títulos.

Falando especificamente acerca dos títulos, é recorrente o pensamento de que eles não passam de um detalhe do texto. No entanto, Guimarães (1995, p. 51) ressalta que os títulos não são “Merros artifícios publicitários, mas chaves para a decodificação

da mensagem, se convenientemente propostos. Enunciados sucintos de qualquer mensagem, sua interpretação deve ser integrada numa leitura global. ”.

Partindo desse pressuposto, quando temos uma leitura que é iniciada pelo título do texto e, conforme sugerido por Guimarães (1995), tomando-o como "orientador da leitura", temos uma compreensão textual mais diversificada. Segundo Gradim (2000, p. 68), "os títulos anunciam o texto jornalístico que encabeçam, e são aquilo que em primeiro lugar o leitor apreende quando se debruça sobre as páginas de um jornal".

Pellim (2009) complementa ao afirmar que:

Ao estudarmos os títulos de notícias jornalísticas, por exemplo, podemos analisar quais são os mecanismos textuais que os jornais utilizam com o intuito de chamar a atenção do público leitor para as suas notícias. Um conhecimento dessa natureza é um conhecimento histórico que pode nos auxiliar a compreender melhor, entre outras coisas, o perfil de segmentos da sociedade que leem tais jornais, como seus interesses e seu nível socioeconômico e cultural. (2009, p. 3)

Isso quer dizer que “cada indivíduo tem uma história particular de constituição de seu mundo interior, pois ele é resultante do embate e das interpelações desses dois tipos de vozes” (FIORIN, 2006, p. 56): as que são incorporadas como voz da autoridade e as que são permeáveis à impregnação por outras vozes (FIORIN, 2006, p. 56).

O *corpus* desta pesquisa constituiu-se de trinta e um enunciados selecionados e estabilizados por “*print screen*” no site de buscas *Google.com* em 21 de agosto de 2016, dia do encerramento dos jogos Olímpicos. Pretendemos identificar neles traços de dialogismo e de marcas de enunciação que nos permitam reconhecer as tomadas de posição quanto à participação de atletas trans no que é considerado um dos maiores eventos esportivos globais: as Olimpíadas.

Tabela 1: Reportagens encontradas no site de buscas *Google.com* em 21 de agosto de 2016

ORDEM	TÍTULO	DATA DE VEICULAÇÃO	SITE
1	COI: transexuais podem competir no Rio sem a	26 jan. 2016	https://www.huffpostbrasil.com/2016/01/26/coi-transexuais-podem-competir-nas-

	necessidade de cirurgia		olimpiadas-do-rio-sem-a-nece_a_21694832/
2	Cerimônia de abertura das Olimpíadas terá samba, Gisele e modelo trans	3 ago. 2016	https://esporte.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2016/08/03/cerimonia-de-abertura-das-olimpiadas-tera-samba-gisele-e-modelo-trans.htm
3	Mulheres trans comandaram delegações na abertura das Olimpíadas no Rio	7 ago. 2016	http://www.doistercos.com.br/mulheres-trans-comandaram-delegacoes-na-abertura-das-olimpiadas-no-rio/
4	Lea T será a primeira trans a participar da abertura das Olimpíadas	29 jul. 2016	https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/lea-t-sera-primeira-trans-participar-de-abertura-da-olimpiada/
5	Conheça a modelo trans que fará história na abertura das Olimpíadas	28 jul. 2016	http://www.esportalternativo.com.br/rio-2016/27499-conheca-a-modelo-trans-que-fara-historia-na-abertura-das-olimpiadas
6	Além de Lea T, outras mulheres trans foram destaque na abertura		http://www.nlucon.com/2016/08/alem-de-lea-t-outras-duas-mulheres.html
7	Transexuais podem competir nas Olimpíadas do Rio sem necessidade de cirurgia	26 jan. 2016	https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/transexuais-podem-competir-nas-olimpiadas-do-rio-sem-necessidade-de-cirurgia-57289/

8	Olimpíadas e visibilidade trans	15 ago. 2016	https://sexusufs.wordpress.com/2016/08/15/olimpiadas-e-visibilidade-trans/
9	Milton rouba a cena nas Olimpíadas com muito glamour	5 ago. 2016	http://razoesparaacreditar.com/representatividade-2/milton-rouba-cena-nas-olimpíadas-com-muito-glamour/
10	Trans Nações – Foi dada a largada para a primeira fase da Operação Jesus Transforma nas Olimpíadas do Rio	3 ago. 2016	https://www.missoesnacionais.org.br/single-post/2016/08/03/Trans-Na%C3%A7%C3%B5es-Foi-dada-a-largada-para-a-primeira-fase-da-Oper%C3%A7%C3%A3o-Jesus-Transforma-nas-Olimp%C3%ADadas-do-Rio?fb_comment_id=2599680963418917_2605267372860276
11	Opera Mundi – Atletas transgênero não necessitam de cirurgia para competir em Olimpíadas, determina COI	25 jan. 2016	http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/43023/atletas+transgenero+nao+necessitam+de+cirurgia+para+competir+em+olimpíadas+determina+coi.shtml
12	A abertura das Olimpíadas do Rio 2016 em imagens	6 ago. 2016	Caminho não existente
13	Trans Nações – Foi dada a largada para a primeira fase da Operação	8 ago. 2016	http://igrejamultiplicadora.org.br/novo/category/noticias/page/11/

14	15 momentos emocionantes da abertura das Olimpíadas Rio 2016	6 ago. 216	https://mdemulher.abril.com.br/tudo-sobre/especial-olimpiadas-2016/pagina/8/
15	Vídeo: Metrópolis – Exposição ‘Trans It’ – UOL Olimpíadas	28 jul. 2016	olimpiadas.uol.com.br/videos/?id=metropolis-exposicao-trans-it
16	Lea T. a mulher TRANS que guiou os atletas brasileiros na abertura	6 ago. 2016	
17	Olimpíadas podem ter no Rio a 1ª atleta trans a competir na história		
18	Atletas transgênero são autorizados a competir nas Olimpíadas sem precisar passar por cirurgia de mudança de sexo	23 jan. 2016	https://extra.globo.com/esporte/atletas-transgenero-sao-autorizados-competir-nas-olimpiadas-sem-precisar-passar-por-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-18531491.html
19	Ibrat – Instituto Brasileiro De Transmasculinidades Facebook		www.facebook.com/institutoibrat
20	Transgêneros poderão competir no Rio 2016 sem necessidade de cirurgia	25 jan. 2016	https://www.terra.com.br/esportes/jogos-olimpicos/2016/transgeneros-poderao-competir-no-rio-2016-sem-necessidade-de-cirurgia,23fcdfdba1e413113c0

			0c0d16b82d8d4750rwn8h.html
21	Bicha Natalense: Além de Lea T, outras duas mulheres trans foram		www.bichanatalense.com.br/2016/05/alem-de-lea-t-outras-duas-mulheres.html
21	O Turismo Sexual e as Olimpíadas: Quebrando Tabus RioOnWatch	23 jun. 2016	http://rioonwatch.org.br/?p=20425
23	Olimpíadas Rádio Trans Mundial do Brasil		https://www.transmundo.com.br/tag/olimpiadas
24	Olimpíadas – Rádio Trans Mundial do Brasil		https://www.transmundo.com.br/tag/olimpiadas/feed
25	Conheça 20 atletas LGBT que vão competir nas Olimpíadas do Rio	12 jul. 2016	http://www.ladobi.com.br/2016/07/atletas-lgbt-olimpiadas-rio/
26	“Não temos que viver na escuridão”, diz Lea T. sobre LGBTs	5 ago. 2016	https://www.cartacapital.com.br/sociedade/nao-temos-que-viver-na-escuridao-afirma-lea-t-sobre-lgbts
27	Princípio 6 – Principle 6		www.principle6.org/index_pt.html
28	SEGUE A PAUTA – OLIMPÍADAS NO RJ: O PREFEITO E SUAS TRANS	17 jul. 2016	http://www.segueapauta.blogspot.com/2016/07/olimpiadas-no-rj-o-prefeito-e-suas-trans.html
29	Vocês concordam em ver atletas transgêneros	26 jan. 2016	https://forum.outerspace.com.br/index.php?threads/voc%C3%A3As-concordam-em-ver-

	disputando as Olimpíadas e eventos esportivos em geral?		atletas-transg%C3%AAneros-disputando-as-olimp%C3%ADadas-e-eventos-esportivos-em-geral.444404/
30	Princípio 6 – Principle 6		www.principle6.org/index_pt.html
31	SEGUE A PAUTA – OLIMPÍADAS NO RJ: O PREFEITO E SUAS TRANS	17 jul. 2016	http://www.segueapauta.blogspot.com/2016/07/olimpiadas-no-rj-o-prefeito-e-suas-trans.html

Autoria: Raphaella Freitas Petkovic de Carvalho Pereira

Após uma análise mais detida da tabela 1, verificamos que os vocábulos utilizados para a pesquisa – “Trans” e “Olimpíadas” - trouxeram resultados que nada têm a ver com pessoas transgêneras de fato, uma vez que o prefixo “trans” é utilizado em diversos vocábulos da língua portuguesa. Isto pode ser justificado com base no fato de que a ordem e relevância dos enunciados que apareceram no site de buscas Google no momento da pesquisa seguiram critérios econômicos e algoritmos, sobre os quais não temos controle. Podemos verificar, também, que alguns enunciados se repetem, pois, as notícias muitas vezes são financiadas por agências semelhantes. Devido à instabilidade da mídia digital, alguns dos *links* que direcionavam para os enunciados não existem mais, o que acreditamos não ser prejudicial à análise uma vez que a mesma trabalhará apenas com os enunciados, não sendo necessário acessar nenhum *site*.

Escolhemos não seguir uma ordem cronológica na tabela e manter a ordem na qual os enunciados apareceram no momento da busca pois as chamadas no site de buscas Google são organizadas segundo critérios econômicos e algoritmos, o que acreditamos não impedir o pesquisador de compreender a lista de notícias como um texto organizado, permitindo a leitura e a interpretação de seus enunciados.

Com isso, optamos por elaborar duas novas tabelas: uma com os resultados mais próximos do esperado com a busca, ou seja, o prefixo “trans” como se referindo a pessoas “transgêneras” de fato, vinculadas aos Jogos Olímpicos²¹, e outra com os resultados mais distantes do esperado, onde o prefixo “trans” remete a outras situações não condizentes com a palavra transgênero.

Tabela 2: Publicações encontradas no site de buscas Google.com em 21 de agosto de 2016 nas quais o prefixo “trans” não remete efetivamente ao vocábulo “transgênero”

ORDEM	TÍTULO	DATA	SITE
1	Milton rouba a cena nas Olimpíadas com muito glamour	5 ago. 2016	http://razoesparaacreditar.com/representatividade-2/milton-rouba-cena-nas-olimpiadas-com-muito-glamour/
2	Trans Nações – Foi dada a largada para a primeira fase da Operação Jesus Transforma nas Olimpíadas do Rio	3 ago. 2016	https://www.missoesnacionais.org.br/single-post/2016/08/03/Trans-Na%C3%A7%C3%B5es-Foi-dada-a-largada-para-a-primeira-fase-da-Oper%C3%A7%C3%A3o-Jesus-Transforma-nas-Olimp%C3%ADadas-do-Rio?fb_comment_id=2599680963418917_2605267372860276
3	A abertura das Olimpíadas do Rio 2016 em imagens	6 ago. 2016	Caminho não existente
4	Trans Nações – Foi dada a largada para a primeira fase da Operação	8 ago. 2016	http://igrejamultiplicadora.org.br/novo/category/noticias/page/11/
5	15 momentos emocionantes da	6 ago. 216	https://mdemulher.abril.com.br/tudo-sobre/especial-olimpiadas-

²¹ A título de informação, seguiremos com a análise do corpus utilizando as reportagens e classificações da tabela 3.

	abertura das Olimpíadas Rio 2016		2016/pagina/8/
6	Vídeo: Metrópolis – Exposição ‘Trans It’ – UOL Olimpíadas	28 jul. 2016	olimpiadas.uol.com.br/vídeos/?id=m etropolis-exposicao-trans-it
7	Ibrat – Instituto Brasileiro De Transmasculinidades Facebook		www.facebook.com/institutoibrat
8	O Turismo Sexual e as Olimpíadas: Quebrando Tabus RioOnWatch	23 jun. 2016	http://rioonwatch.org.br/?p=20425
9	Olimpíadas Rádio Trans Mundial do Brasil		https://www.transmundial.com.br/tag/olimpíadas
10	Olimpíadas – Rádio Trans Mundial do Brasil		https://www.transmundial.com.br/tag/olimpíadas/feed
11	Princípio 6 – Principle 6		www.principle6.org/index_pt.html
12	SEGUE A PAUTA – OLIMPÍADAS NO RJ: O PREFEITO E SUAS TRANS	17 jul. 2016	http://www.segueapauta.blogspot.com/2016/07/olimpíadas-no-rj-o-prefeito-e-suas-trans.html
13	Princípio 6 – Principle 6		www.principle6.org/index_pt.html
14	SEGUE A PAUTA – OLIMPÍADAS NO RJ: O PREFEITO E SUAS TRANS	17 jul. 2016	http://www.segueapauta.blogspot.com/2016/07/olimpíadas-no-rj-o-prefeito-e-suas-trans.html

Tabela 3: Reportagens encontradas no site de buscas “Google.com” em 21 de agosto de 2016 nas quais o prefixo “trans” remete efetivamente ao vocábulo “transgênero”

ORDEM	TÍTULO	DATA	SITE
1	COI: transexuais podem competir no Rio sem a necessidade de cirurgia	26 jan. 2016	https://www.huffpostbrasil.com/2016/01/26/coi-transexuais-podem-competir-nas-olimpiadas-do-rio-sem-a-nece_a_21694832/
2	Cerimônia de abertura das Olimpíadas terá samba, Gisele e modelo trans	3 ago. 2016	https://esporte.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2016/08/03/cerimonia-de-abertura-das-olimpiadas-tera-samba-gisele-e-modelo-trans.htm
3	Mulheres trans comandaram delegações na abertura das Olimpíadas	7 ago. 2016	http://www.doistercos.com.br/mulheres-trans-comandaram-delegacoes-na-abertura-das-olimpiadas-no-rio/
4	Lea T será a primeira trans a participar da abertura das Olimpíadas	29 jul. 2016	https://catracalivre.com.br/geral/cidadania/indicacao/lea-t-sera-primeira-trans-participar-de-abertura-das-olimpíada/
5	Conheça a modelo trans que fará história na abertura das Olimpíadas	28 jul. 2016	http://www.esporteadernativo.com.br/rio-2016/27499-conheca-a-modelo-trans-que-fara-historia-na-abertura-das-olimpiadas
6	Além de Lea T, outras mulheres trans foram destaque na abertura		http://www.nlucon.com/2016/08/alem-de-lea-t-outras-duas-mulheres.html
7	Transexuais podem competir nas Olimpíadas do Rio	26 jan. 2016	https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/transexuais-podem-competir-nas-olimpiadas-do-rio-

	sem necessidade de cirurgia		sem-necessidade-de-cirurgia-57289/
8	Olimpíadas e visibilidade trans	15 ago. 2016	https://sexusufs.wordpress.com/2016/08/15/olimpiadas-e-visibilidade-trans/
9	Opera Mundi – Atletas transgênero não necessitam de cirurgia para competir em Olimpíadas, determina COI	25 jan. 2016	http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/43023/atletas+transgenero+nao+necessitam+de+cirurgia+para+competir+em+olimpiadas+determina+coi.shtml
10	Atletas transgênero são autorizados a competir nas Olimpíadas sem precisar passar por cirurgia de mudança de sexo	23 jan. 2016	https://extra.globo.com/esporte/atletas-transgenero-sao-autorizados-competir-nas-olimpiadas-sem-precisar-passar-por-cirurgia-de-mudanca-de-sexo-18531491.html
11	Transgêneros poderão competir no Rio 2016 sem necessidade de cirurgia	25 jan. 2016	https://www.terra.com.br/esportes/jogos-olimpicos/2016/transgeneros-poderao-competir-no-rio-2016-sem-necessidade-de-cirurgia,23fcfd1e413113c00c0d16b82d8d4750rwn8h.html
12	Bicha Natalense: Além de Lea T, outras duas mulheres trans foram		www.bichanatalense.com.br/2016/05/alem-de-lea-t-outras-duas-mulheres.html
13	Conheça 20 atletas LGBT que vão competir nas Olimpíadas do Rio	12 jul. 2016	http://www.ladobi.com.br/2016/07/atletas-lgbt-olimpiadas-rio/

14	“Não temos que viver na escuridão”, diz Lea T. sobre LGBTs	5 ago. 2016	https://www.cartacapital.com.br/sociedade/nao-temos-que-viver-na-escuridao-affirma-lea-t-sobre-lgbts
15	Vocês concordam em ver atletas transgêneros disputando as Olimpíadas e eventos esportivos em geral?	26 jan. 2016	https://forum.outerspace.com.br/index.php?threads/voc%C3%AAs-concordam-em-ver-atletas-transg%C3%AAneros-disputando-as-olimp%C3%ADadas-e-eventos-esportivos-em-geral.444404/
16	Lea T. a mulher TRANS que guiou os atletas brasileiros na abertura		
17	Olimpíadas podem ter no Rio a 1ª atleta trans a competir na história		

Autora: Raphaella Freitas Petkovic de Carvalho Pereira

No primeiro enunciado (COI: transexuais podem competir no Rio sem a necessidade de cirurgia) não está explícito onde os transexuais podem competir. Porém, a sigla COI (Comitê Olímpico Internacional) remete diretamente aos Jogos Olímpicos a serem realizados no Rio de Janeiro. Trata-se de um subentendido que se completa com o contexto da época em que o enunciado foi produzido: meses antes da abertura do evento, na data de 25 de janeiro de 2016. Um dia depois, foi produzido o enunciado 9 (Opera Mundi – Atletas transgênero não necessitam de cirurgia para competir em Olimpíadas, determina COI). Aqui, já se menciona que atletas trans não precisam da cirurgia para competir em um evento específico: As Olimpíadas. Tal qual no enunciado 1, o COI é mencionado, porém no enunciado 9, através do verbo “determina”, fica claro que foi o Comitê quem deu o aval.

Nos enunciados 1 (COI: transexuais podem competir no Rio sem a necessidade de cirurgia), 7 (Transexuais podem competir nas Olimpíadas do Rio sem a necessidade de cirurgia), 11 (Transgêneros poderão competir no Rio 2016 sem necessidade de

cirurgia) e 3 (Mulheres trans comandaram delegações na abertura das Olimpíadas), analisamos os verbos em uso: “podem” (1 e 7), “poderão” (11) e “comandaram” (3). Verificamos, no primeiro título, que o verbo principal ainda traz uma incerteza a respeito da participação de transgêneros nas Olimpíadas, enquanto no segundo, o verbo está flexionado no passado e adquire uma aproximação semântica com a guerra e disputas: um general comanda seu exército; um líder comanda sua equipe. Trata-se de uma abordagem linguística que confere (ou pretende conferir) empoderamento às mulheres trans, invertendo a lógica das sociedades patriarcais, nas quais o poder de mando costuma vir dos homens, mesmo na vida civil.

No enunciado 2 (Cerimônia de abertura das Olimpíadas terá samba, Gisele e modelo trans), não houve atletas transgêneros mencionadas, mas houve destaque para o samba (gênero musical brasileiro) e para a übermodel brasileira, tão famosa, que nem precisou do sobrenome (Bündchen). Quanto à participação de transgêneros na abertura, sabemos que haverá uma modelo trans, mas seu nome não é mencionado, o que indica uma valorização da modelo cisgênero (Gisele Bündchen) em detrimento da modelo transgênero, cujo nome sequer é anunciado. Cabe destacar ainda que a modelo trans ter sido anunciada por último também a deslegitima, uma vez que a ordem da enunciação é reveladora da hierarquia vigente, sempre em ordem decrescente. Algo similar ocorre no enunciado 3: menciona-se que mulheres trans irão comandar as delegações, mas não se sabe quem são, nem quais delegações as receberão. Há, portanto, um silenciamento das identidades, o que mostra a disputa entre os valores tradicionais que pensam nos gêneros binários e as ações que estavam em vias de acontecer na abertura dos jogos.

Theodoro (2016) afirma que as identidades trans muitas vezes são levadas ao silenciamento “Entre violências simbólicas e físicas, o silenciamento das vozes das pessoas transgêneras é mais uma das consequências de um sistema normativo e discriminatório” (p. 31).

Sobre o silêncio, Perrot (1998) também faz algumas considerações:

O silêncio é um mandamento reiterado através dos séculos pelas religiões, pelos sistemas políticos e pelos manuais de comportamento. Silêncio das mulheres na igreja ou no templo; maior ainda na sinagoga ou na mesquita, onde elas não podem nem mesmo penetrar na hora das orações. Silêncio nas assembleias políticas povoadas de homens que as tomam de assalto com sua

eloquência masculina. Silêncio no espaço público onde sua intervenção coletiva é assimilada à histeria do grito e a uma atitude barulhenta demais como a da “vida fácil”. (p. 9-10)

Estes cinco enunciados já mostram que a presença das atletas trans é carregada de conflitos entre um vir a ser (podem / poderão competir, enunciados 1, 7 e 11), o passado recente (comandaram, enunciado 3) e um apagamento (enunciado 2): no lugar das trans, surgem o samba e a modelo Gisele Bündchen. Esses dois elementos conferem um toque de brasiliade à notícia. Não parece ser por acaso que entre os enunciados “podem competir”, “poderão competir” e “comandaram”, tenham se apresentado o samba e Gisele Bündchen, dois ícones mundialmente reconhecidos como tendo o Brasil como país de origem. Ainda que a übermodel tenha se estabelecido nos Estados Unidos e constituído família nesse país, ela é sempre lembrada como sendo brasileira.

Até esse momento, os enunciados das chamadas não parecem incorporar discursos alheios, o que pode ser explicado pela proximidade das datas em que foram veiculados (os enunciados 1, 7 e 11 foram veiculados em janeiro/2016, enquanto os enunciados 2 e 3 foram veiculados entre a primeira e segunda semana do mês de agosto/2016). Como os discursos estão sempre em relação dialógica, podemos ver nesses primeiros enunciados a disputa ora pelo reconhecimento, ora pelo apagamento das atletas trans.

No enunciado 3 (Mulheres trans comandaram delegações na abertura das Olimpíadas), percebemos que o prefixo trans vem antecedido pelo substantivo “mulheres”. Ao anunciar que as mulheres não são cisgêneros, e sim transgêneros, reconhecemos os preconceitos solidificados no pensamento coletivo e manifestados na linguagem. Afinal, os vocábulos “mulher” e “homem” não são acompanhados por adjetivos. Eles existem por si só. Não há necessidade de anunciar que se trata de “um homem trans” ou “uma mulher trans”, ainda que essa fosse a “novidade” das Olimpíadas Rio 2016.

Não verificamos na mídia enunciados que tragam expressões como “homem cisgênero” ou “mulher cisgênero”. Justifica este argumento Foucault (1988) ao mencionar que o próprio discurso atual sobre os gêneros e as sexualidades já se delata encoberto por um tom de repressão. É como se qualquer sexualidade que não se

enquadre nas categorias “homem” ou “mulher” estivessem condenadas à clandestinidade e à anormalidade:

E se o estéril insiste e se mostra demasiadamente, vira anormal (...) se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que não incomodar noutro lugar: que incomodem lá onde possam ser reinscritas, senão nos circuitos da [re]produção, pelo menos nos do lucro [prostituição]. (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Partindo da data do primeiro enunciado apresentado na tabela, 25 de janeiro de 2016, percebemos que somente em 29 de julho é que surge o nome de Lea T (Lea T será a primeira trans a participar da abertura das Olimpíadas), no enunciado 4. Ou seja, seguida de um apagamento da presença das atletas trans do enunciado anterior, surge pela primeira vez o nome Lea T, acompanhada pela palavra “primeira” que, nesse contexto, enfatiza a novidade de sua participação. Percebemos, neste contexto, a visibilidade.

Rocha (2009) salienta que, ao falarmos em visibilidade, não estamos levando em consideração apenas as peculiaridades daquilo que pode ser visto, mas abrangendo um conjunto de visualidades que possuem legibilidade. As visibilidades são associadas, portanto:

(...) a mecanismos socioculturais partilhados que conferem a determinadas imagens visuais a qualidade de partícipes de sistemas de crença e de leitura visual reconhecíveis e reconhecidos como rastros e/ou registros de fatos dotados de relevância societal. O que é visível remete, pois, menos ao que se tornou imagem visual e mais àquela visualidade que, via jogo societal e estratégias comunicacionais, é reconhecida como dotada de valor de trocas simbólicas e de relevância comunicativa. Visibilidade, finalmente, apenas se realiza e se consuma no momento do consumo, da recepção, da codificação, da interpretação e da tradução. É, ainda, um recorte significante particular feito em um todo visual múltiplo e abrangente (p. 273).

No enunciado 15 (Vocês concordam em ver atletas transgêneros disputando as Olimpíadas e eventos esportivos em geral?), o questionamento traz a prerrogativa de uma “necessidade” de aceitação de atletas transgêneros em competições. Ou seja, não lhes é permitido ou liberado competir de acordo com o gênero com que se identificam, tal qual ocorre com atletas cisgêneros. É necessário discutir, questionar, colocar em xeque sua participação. Para Preciado (2008), isso ocorre porque os códigos normativos incitam o sujeito a se afirmar como feminino ou masculino, mulher ou

homem, homossexual ou heterossexual, trans ou bio. São “ideais regulatórios, ficções políticas que encontram na subjetividade do indivíduo seu suporte somático” (p. 102). Sobre esta divisão entre trans e bio, temos uma distinção que é ontológica e sexual: um corpo que se vale de cirurgias, hormonizações e legislações com vistas a modificar a designação do gênero imposta no momento do nascimento versus um corpo que resguarda essa mesma designação.

A diferença entre “bio” e “trans” se articula em função da resistência à norma, da consciência dos processos técnicos (farmacopornográficos) produzindo a masculinidade e a feminilidade e do reconhecimento social no espaço público. Isso não implica nenhum julgamento de valor: o gênero “trans” não é nem melhor, nem mais político que o gênero “bio” (PRECIADO, 2008, p. 102).

No enunciado 5 (Conheça a modelo trans que fará história na abertura das Olimpíadas), a expressão “fará história” indica que o que vem a seguir é algo inédito. Não por menos, pois até aquele momento não tínhamos nenhuma participação de transgêneros em aberturas de Jogos Olímpicos. Mas por qual motivo? Em algum momento houve a proibição do COI ou de qualquer outro órgão responsável a respeito da participação de transgêneros em cerimônias de abertura ou encerramento? Isto não fica claro no enunciado. Porém, fica claro quem “fará história”: uma “modelo trans”, cujo nome não é mencionado, mas que se pressupõe, através da visualização dos outros enunciados, ser a modelo transgênero Lea T. Para Theodoro (2016), “Mesmo que sofram com uma invisibilização, as pessoas transgêneras, por meio de práticas contra hegemônicas, são agentes de sua visibilidade pública”. Ainda que ocorra certo apagamento neste enunciado, pela não menção do nome da modelo trans que fará história, é o fato da modelo ser trans que está em evidência. Com isso, o próprio sujeito do enunciado (modelo trans) adquire uma visibilidade pública. Não é possível “apagar” de vez sua identidade. Theodoro corrobora ao afirmar que:

No centro desses embates, uma micropolítica de visibilidades provavelmente seja a direção viável para se precisar um meio-termo entre a visibilidade enquanto mudança e a visibilidade externamente arquitetada. Em suas vivências cotidianas, as pessoas transgêneras estão produzindo e consumindo imagens. Por mais que se lhes negue um direito a ser visível, a plena contenção de visualidades é inexequível. E é essa incapacidade de um apagamento total das imagens que possibilita a conversão das suas visualidades em visibilidades, em uma política inscrita nas corporalidades e internalizada por nossas retinas. (2016, p. 72)

No enunciado 14 ('Não temos que viver na escuridão', diz Lea T sobre LGBTS) pudemos verificar que a *Carta Capital* deu voz efetivamente à Lea T, ao reproduzir uma fala da modelo entre aspas. Essas aspas são muito importantes, uma vez que transcrevem fielmente seu enunciado. Cunha e Cintra (2008) mencionam que as aspas podem ser usadas em diversas situações, dentre as quais "marcar uma fala nos diálogos". Trata-se, num primeiro momento, de um sinal de pontuação cuja finalidade é colocar em destaque determinado trecho de um texto. Authier-Revuz (2004), ao analisar situações de uso das aspas a partir de perspectivas linguísticas, diz que as aspas revelam um tipo de heterogeneidade enunciativa e desempenham uma reflexão metaenunciativa do dizer. Diferentemente do que diz a gramática, Authier-Revuz (2004) acredita que as aspas evidenciam uma atitude de reflexão sobre o dizer, manifestando aptidão para colocar "o locutor em posição de juiz e de dono das palavras, capaz de recuar, de emitir um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza" (p. 219). A antítese "viver" X "escuridão" retrata a total invisibilidade vivida pelas pessoas transgêneras na sociedade, bem como mostra a opressão que vivem as modelos trans, manifestada por ocasião dos jogos. Temos, neste caso, um dialogismo que fica evidenciado no discurso: o composicional, caracterizado por incorporar o enunciado da voz de outrem.

No enunciado 6 (Além de Lea T, outras mulheres trans foram destaques na abertura), é dada visibilidade a outras participantes trans na abertura dos Jogos Olímpicos. Até então, isso não está evidente. Tomando por base o enunciado 2 (Cerimônia de abertura das Olimpíadas terá samba, Gisele e modelo trans), verificamos que o substantivo "modelo" está flexionado no singular, o que indica que só haverá uma modelo transgênero participando. Não há nenhuma menção de que, além da modelo, haverá outras participantes transgêneras. Neste momento, verifica-se a amplitude dada à presença trans no evento: haverá mais de uma. Este enunciado dialoga com o de número 12 (Bicha Natalense: Além de Lea T, outras duas mulheres trans foram). Ainda que incompleto, o enunciado menciona que além da modelo Lea T, haverá pelo menos duas mulheres trans no que pressupõe-se ser a cerimônia de abertura.

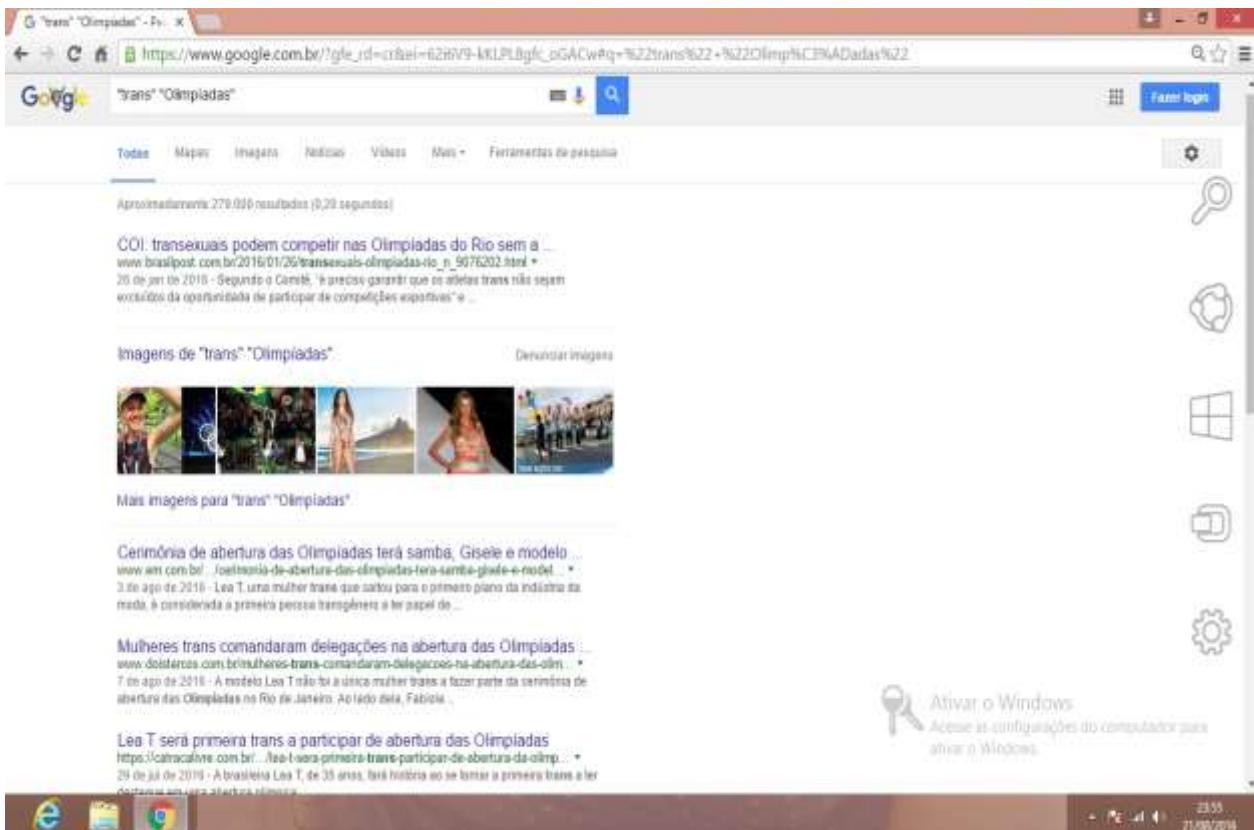
O enunciado 8 (Olimpíadas e Visibilidades Trans) fala por si só. Ainda que não traga nenhum nome, ao mencionar a palavra "visibilidades" após "Olimpíadas", é feita a

associação de ambas, deixando claro que a reportagem irá abordar a visibilidade que determinadas pessoas (no caso, pessoas transgêneras e não cisgêneras) terão dentro de um evento específico (as Olimpíadas).

O enunciado 10 (Atletas transgênero são autorizados a competir nas Olimpíadas sem precisar passar por cirurgia de mudança de sexo), apesar de referir-se a um assunto já mencionado (o fato de atletas trans poderem competir sem cirurgia) em outros enunciados (1, 7, 9 e 11), traz uma novidade: a expressão “são autorizados”. A data de em que aparece o enunciado (23 de janeiro) mostra que ele é, cronologicamente, o primeiro de todos a ser anunciado. Apesar de mencionar que os atletas trans “são autorizados” a competir, não se menciona quem concedeu tal autorização. Mas ao verificar a palavra “Olimpíadas”, podemos inferir que se trata de uma organização com poderes para “ditar as regras” e “autorizar” situações dentro dos Jogos Olímpicos, o que nos faz chegar, até pela observação de outros enunciados, em uma entidade específica: o COI.

Os enunciados 13 (Conheça 20 atletas LGBT que vão competir nas Olimpíadas do Rio) e 17 (Olimpíadas podem ter no Rio a 1^a atleta trans a competir na história), têm em comum o fato de mencionar atletas que “vão” (enunciado 13) ou que “podem” (enunciado 17) competir nas Olimpíadas do Rio. Porém, a principal diferença se dá na denominação dos “atletas”. Enquanto no enunciado 13 diz que os atletas são “LGBT” (ou seja, podem ser Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros), o enunciado 17 menciona apenas a palavra “trans”. Ou seja, no enunciado 13 os atletas transgêneros estão junto com os cisgêneros, já no enunciado 17 eles estão isolados. Isso se faz importante uma vez que, como já mencionado nesta pesquisa, pode causar confusão. A sigla LGBT incorpora tanto as orientações sexuais como as identidades de gênero, coisas totalmente distintas e erroneamente tidas como um só. É preciso deixar claro que o termo “transgênero” possui um campo semântico diferente do de “gays”, “lésbicas” e “bissexuais”. Seja na sigla “LGBT” ou somente na palavra “trans”, percebemos aqui certa visibilidade quanto à transgeneridade, trazida como “novidade” pelo enunciado 17 ao usar o vocábulo “trans” e como “certeza” ao compor o “T” da sigla “LGBT” no enunciado 13. Porém, há um silenciamento presente no enunciado 17. Seguido de uma visibilidade ao mencionar “1º atleta trans” a competir na história, o nome deste atleta não é mencionado, trazendo, portanto, um apagamento.

Figura 11: Print Screen da busca no site “Google.com” pelos termos “trans” e “Olimpíadas”



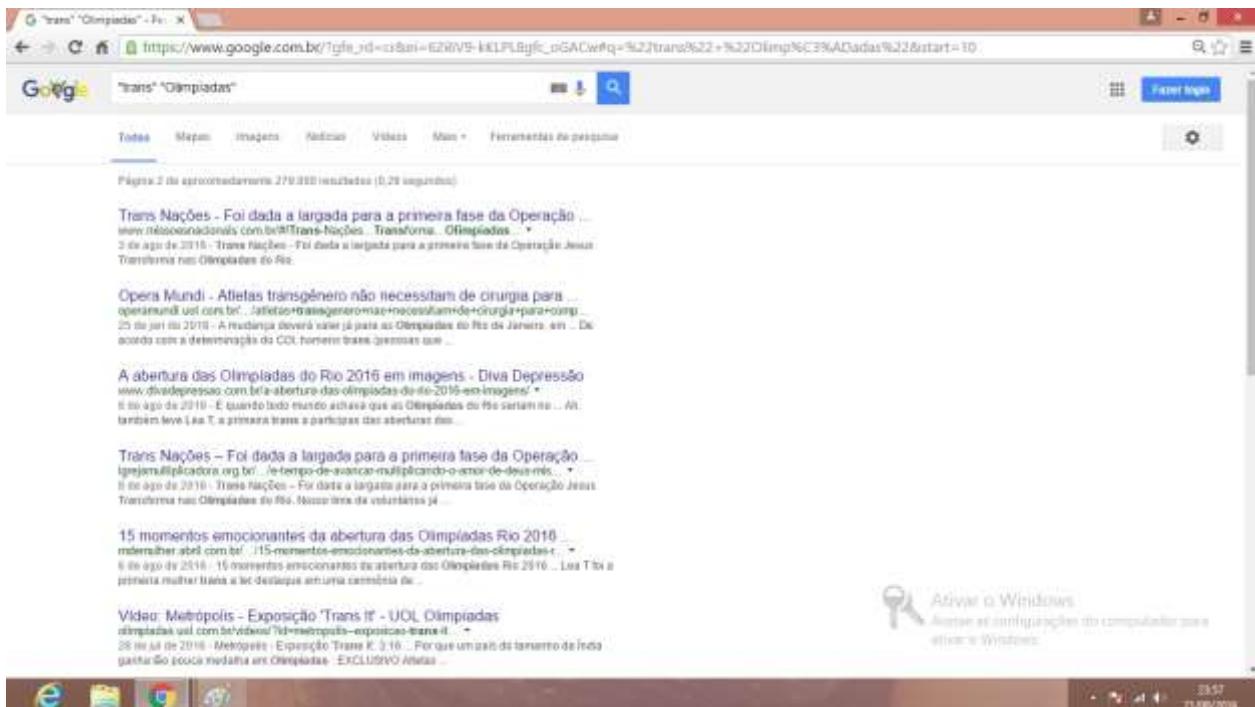
Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 12: Print Screen da busca no site “Google.com” pelos termos “trans” e “Olimpíadas”



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 13: Print Screen da busca no site “Google.com” pelos termos “trans” e “Olimpíadas”



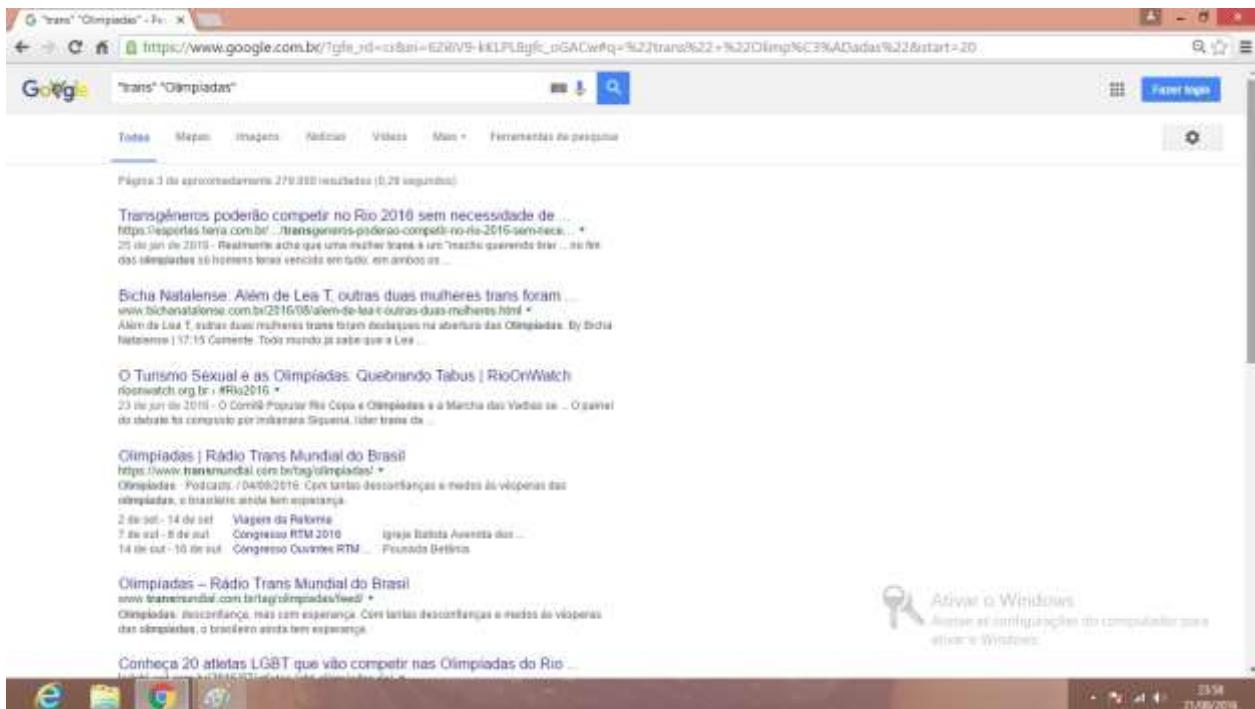
Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 14: Print Screen da busca no site “Google.com” pelos termos “trans” e “Olimpíadas”



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 15: Print Screen da busca no site “Google.com” pelos termos “trans” e “Olimpíadas”



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 16: Print Screen da busca no site “Google.com” pelos termos “trans” e “Olimpíadas”



Fonte: Arquivo Pessoal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, analisamos os enunciados de notícias e reportagens presentes no site de buscas “Google.com” envolvendo transgêneros nas Olimpíadas Rio-2016 e verificamos suas representações na mídia digital. As palavras utilizadas para a seleção de enunciados foram “trans” e “olimpíadas”, e a pesquisa destes termos ocorreu no dia seguinte ao término dos Jogos Olímpicos Rio-2016.

A presente pesquisa desenvolveu-se através de duas etapas metodológicas. A primeira por meio de uma revisão bibliográfica, nos dois primeiros capítulos, visando aproximar e estabelecer relações entre teorias e estudos já realizados sobre a temática trans e suas relações com a mídia. A segunda etapa, ainda trazendo alguns conceitos referentes ao tema, destacou-se pelo levantamento dos dados que compõem o corpus desta pesquisa, bem como analisou o conteúdo em um viés qualitativo, crítico e descriptivo.

No primeiro capítulo, fizemos importantes considerações acerca do Universo Trans, promovendo reflexões teóricas e discussões sobre gênero e identidade relacionadas às pessoas transgêneras, com fundamentação na teoria *queer* de Judith Butler e apoiando-nos nos conceitos trazidos por Paul Preciado, Alain Touraine, Don Kulick, Hadriel Theodoro, dentre outros. Com isso, as normas pertinentes ao binarismo de gênero foram questionadas, proporcionando uma melhor compreensão acerca do que são as identidades trans e de tudo que permeia o seu universo na contemporaneidade.

O segundo capítulo relacionou transgeneridade, mídia e consumo, retratando a sociedade contemporânea como “[...] sem sombra de dúvida, centralizada na comunicação e nas práticas de consumo” (Rocha, 2011, p. 18). Nesse sentido, abordamos conceitos sobre visualidades e visibilidades/invisibilidades midiáticas e como estão permeadas pelas práticas de consumo, bem como questões relacionadas à cidadania, inclusive das pessoas transgêneras. Através de Kulick, pudemos verificar que os corpos transgêneros são coisificados, considerados objetos de satisfação sexual, sobre os quais a mídia acaba por reforçar o preconceito, impondo a heteronormatividade como um comportamento natural. A mídia brasileira, portanto,

acaba utilizada como instrumento de poder e aparato ideológico, buscando justificar a exclusão social sofrida pelo público transgênero.

No terceiro capítulo, relatamos a repercussão a respeito da presença de atletas e celebridades trans nos Jogos Olímpicos Rio-2016, quando retomamos os conceitos de visibilidade e invisibilidade. Também se discutiu sobre silenciamento, quando verificamos que as notícias referentes às participações de transgêneros se mostram em menor número que as demais sobre o evento.

A análise do *corpus* também ocorreu neste capítulo, por meio de enunciados selecionados e estabilizados por “*print screen*” no site de buscas *Google.com* em 21 de agosto de 2016, dia do encerramento das Olimpíadas, evidenciando considerável silenciamento/invisibilidade quando mencionados os transgêneros no evento “Olimpíadas”.

As considerações finais desta pesquisa confirmam o discurso de heteronormatividade que se faz presente na sociedade brasileira e apontam para uma discriminação nos suportes midiáticos concernentes às visibilidades trans. A mídia digital se mostra instável quando aborda as identidades transgêneras, ora silenciando-as, ora tornando-as visíveis. Theodoro (2016, p. 142) diz que estes suportes midiáticos “são perpetrados por meio de enquadramentos que desconsideram suas necessidades ou demandas, o que acaba por prejudicar uma legibilidade, que já é em si debilitada”.

Não há de se negar nem silenciar as identidades transgêneras, porém, é preciso repensar a forma com a qual a mídia as trata buscando legitimar suas demandas, bem como promover uma mudança na sociedade a fim de proporcionar uma maior visibilidade à transgeneridade que não favoreça os enquadramentos binários e, por conseguinte, a heteronormatividade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem.** 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1992.

BAKHTIN, M. **Questões de Literatura e Estética:** A teoria do romance. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BEAUVIOR, S. **O segundo sexo:** a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BENEDETTI, M. R. **Toda feita:** o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, mai./ago. 2011.

BORDIEU, P. **A dominação masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual.** Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Portaria nº 234, de 15 de dezembro de 2016:** alteração de denominação de áreas de avaliação na CAPES. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Ano CLIII, nº 242, p. 24, Seção I. 19 dez. 2016.

BRITO, D. Número de homicídios de pessoas LGBT pode ser recorde em 2016. **Agência Brasil**, Brasília, 29 dez. 2016. Disponível em:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/numero-de-homicidios-de-pessoas-lgbt-pode-ser-recorde-em-2016>. Acesso em: 29 mar. 2017.

BRITTOS, V. C. e GASTALDO, E. Mídia, Poder e Controle Social. **ALCEU**, v. 7, n. 13, p. 121 -133, jul./dez. 2006.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Quadros de Guerra:** Quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CASTRO, A. F. **TRAVESTI É RESISTIR:** lutas, microlutas e resistência nas tirinhas de Muriel. 2017. 179 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós Graduação em Comunicação, Universidade Paulista, São Paulo. 2017.

CAZARRÉ, M. Com 600 mortes em seis anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais. **Agência Brasil**, Brasília, 13 nov. 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>. Acesso em: 29 mar. 2017.

COGO, D. **Mídias, identidades culturais e cidadania:** sobre cenários e políticas de visibilidade midiática dos movimentos sociais. 2004. Disponível em: http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/83492578425626428976337410_533037421904.pdf. Acesso em: 20 mai. 2017.

COGO, D.; BRIGNOL, L. D. Redes sociais e os estudos de recepção da internet. **Matrizes**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 75-92, jan./jun. 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Banco de teses e dissertações. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#!/>. Acesso em: 07 ago. 2017.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DICIONÁRIO MICHAELIS. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

FALCÃO, K. J. **Formação Histórica da Homossexualidade**: Um Percurso Marcado Pela Discriminação e Pelo Preconceito. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/13193/1/FORMACAO-HISTORICA-DA-HOMOSSEXUALIDADE-UM-PERCURSO-MARCADO-PELA-DISCRIMINACAO-E-PELO-PRECONCEITO/pagina1.html#ixzz1CZD9sfy6>>. Acesso em: 07.nov. 2017.

FIORIN, J. L. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

FREUD, S. **Femininity**: In New Introductory Lectures on Psycho-Analysis, Lecture III. 1933.

GARII, B. "Transgender Movement". *Encyclopedia of Activism and Social Justice*. 2007. SAGE Publications. Disponível em: <http://www.sage-ereference.com/activism/Article_n867.html>. Acesso em: 24 Abr. 2018.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GRADIM, A. **Manual de jornalismo**. Covilhã/Portugal: Universidade da Beira Interior, 2000. Disponível em:

http://www.labcom.ubi.pt/livroslabcom/pdfs/gradim_anabela_manual_jornalismo.pdf.
Acesso em: 29 mai. 2009.

GUIMARÃES, C. D. **O Homossexualismo Visto por Entendidos**. Rio de Janeiro: Garamont, 2004.

GUIMARÃES, E. **A articulação do texto**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2016.

KULICK, D. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LANZ, L. **O corpo da roupa**: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. 2014. 342 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/36800/R%20-%20D%20-%20LETICIA%20LANZ.pdf?sequence=1> Acesso em: 08/11/2017.

LAZARATTO, M. **Signos, Máquinas, Subjetividades**. Editora Bilíngue: São Paulo, 2014.

LEITE JUNIOR, J. **Nossos corpos também mudam**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 233 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2008.

NASCIMENTO, F.; FOGLIARO, D. **LGBT, LGBTI, LGBTQ OU O QUÊ? Gemis; Gênero, mídia e sexualidade**. Disponível em:

<http://ggeomis.blogspot.com.br/2014/08/lgbt-lgbti-lgbtq-ou-o-que.html>. Acesso em: 04 jun. 2017.

NOGUEIRA, C. Contribuições do Construcionismo Social a uma nova psicologia do gênero. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 112, p. 137-154, mar. 2001.

ORLANDI, E. **Análise do Discurso:** Princípios e Procedimentos. Campinas: Editora Pontes, 2009.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

PELLIM, T. **Análise textual de títulos jornalísticos:** um estudo comparativo entre as seções de ciência e esporte. Vertentes, São João del-Rei, v. 34, p 171-178, 2009. Disponível em: <https://ufsj.edu.br/portal-repositorio/File/Vertentes34/Tiago%20Pellim.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2018.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da História.** Bauru: Edusc, 2005.

PRECIADO, B. **Manifesto contrasexual.** Barcelona: Editora Anagrama, 2011.

PRECIADO, B. **Testoyonqui.** Madrid: Esparsa, 2008.

ROCHA, R. M. A comunicação é ciência das convergências: ou como enfrentar, criticamente, a dicotomia teoria/prática. In: ROCHA, Rose de Melo; CARRASCOZA, João (orgs). **Consumo midiático e culturas da convergência.** São Paulo: Miró Editorial, 2011.

SAADEH, A. **Transtorno de Identidade Sexual:** um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino. 2004, 279 f. Tese (Doutorado em Ciências) –

Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria, Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SÃO PAULO (Estado). **Lei Estadual nº 10.948, de 05 de novembro de 2001:** tipifica os crimes contra homossexuais, bissexuais e transgêneros no Estado de São Paulo. Diário Oficial do Estado. São Paulo, v. 111, nº 209, p. 2, Seção I. 6 nov. 2001.

SCOTT, J. W. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2005.

SPINK, M. J.; MENEGON, V. M. A pesquisa como prática discursiva. In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano:** aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edeslein de Pesquisas Sociais, 2013, p. 22-41.

SPINK, M. J. O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística. In: SPINK, M. J. e SPINK, P. (Org.). **Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade:** uma semana de notícias nos jornais. São Paulo: Editora Cortez, 2006, p. 17-41.

THEODORO, H. G. S. Visibilidades midiáticas e transgeneridade: apontamentos sobre um estudo de caso com Laerte Coutinho. **Revista Dito Efeito**, Curitiba, v. 7, n. 11, p. 30 - 42, jul. / dez. 2016.

THEODORO, H. G. S. **Transgeneridade, mídia e consumo:** um estudo de caso das visibilidades midiáticas de Laerte Coutinho. 2016. 156 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo. 2016.

THURER, S. L. **The End of Gender:** A psychological autopsy. New York: Routledge, 2005.

TOURAIN, A. **O mundo das mulheres.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

VARELLA, D. **Estação Carandiru.** São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VENCATO, A. P. **Sapos e princesas:** prazer e segredo entre praticantes de *crossdressing* no Brasil. São Paulo: Annablume, 2013.

VIEIRA, H. O que é a Teoria Queer, de Judith Butler? **Associação da Parada do Orgulho LGBT**, São Paulo, 07 jun. 2017. Disponível em: <http://paradasp.org.br/o-que-e-a-teoria-queer-de-judith-butler/>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ANEXOS



IOC Consensus Meeting on Sex Reassignment and Hyperandrogenism November 2015

Participants:

Prof Dr Uğur Erdener	Chairman, IOC Medical & Scientific Commission
Prof Arne Ljungqvist	Former Chairman, IOC Medical Commission
Dr Stéphane Bermon	Monaco Institute of Sports Medicine & Surgery, IAAF Medical & Scientific Senior Consultant
Michael Beloff, QC	Barrister, Blackstone Chambers
Prof Gerard Conway	Professor of Clinical Medicine, University College London
Prof Myron Genel	Professor Emeritus of Pediatrics and Senior Research Scientist, Yale Child Health Research Center Yale University School of Medicine
Ms Joanna Harper	Chief Medical Physicist, Radiation Oncology, Providence Portland Medical Center
Prof Angelica Linden Hirschberg	Department of Woman & Child Health, Division of Obstetrics & Gynecology, Karolinska Institutet
Prof Dr Maria Jose Martinez Patino	Faculty of Sport Sciences, University of Vigo
Prof Martin Ritzén	Professor Emeritus, Dept of Woman and Child Health Karolinska Institutet
Dr Eric Vilain	Professor of Human Genetics, Pediatrics and Urology Director, Center for Gender-Based Biology Chief, Medical Genetics, Department of Pediatrics Co-director, Clinical Genomic Center David Geffen School of Medicine at UCLA
Jonathan Taylor	Partner, Bird & Bird
Liz Riley	Barrister, Bird & Bird
Dr Robin Mitchell	Vice-Chair, IOC Medical & Scientific Commission
Dr Rania Elwani	Member, IOC Medical & Scientific Commission
Dr Vidya Mohamed-Ali	Member, IOC Medical & Scientific Commission
Prof Yannis Pitsiladis	Member, IOC Medical & Scientific Commission
Dr Richard Budgett	IOC Medical & Scientific Director
Dr Lars Engebretsen	IOC Head of Scientific Activities
Christian Thill	IOC Senior Legal Counsel

1) Transgender guidelines

- A. Since the 2003 Stockholm Consensus on Sex Reassignment in Sports, there has been a growing recognition of the importance of autonomy of gender identity in society, as reflected in the laws of many jurisdictions worldwide.
- B. There are also, however, jurisdictions where autonomy of gender identity is not recognised in law at all.
- C. It is necessary to ensure insofar as possible that trans athletes are not excluded from the opportunity to participate in sporting competition.
- D. The overriding sporting objective is and remains the guarantee of fair competition. Restrictions on participation are appropriate to the extent that they are necessary and proportionate to the achievement of that objective.
- E. To require surgical anatomical changes as a pre-condition to participation is not necessary to preserve fair competition and may be inconsistent with developing legislation and notions of human rights.
- F. Nothing in these guidelines is intended to undermine in any way the requirement to comply with the World Anti-Doping Code and the WADA International Standards.
- G. These guidelines are a living document and will be subject to review in light of any scientific or medical developments.

In this spirit, the IOC Consensus Meeting agreed the following guidelines to be taken into account by sports organisations when determining eligibility to compete in male and female competition:

1. Those who transition from female to male are eligible to compete in the male category without restriction.
2. Those who transition from male to female are eligible to compete in the female category under the following conditions:
 - 2.1. The athlete has declared that her gender identity is female. The declaration cannot be changed, for sporting purposes, for a minimum of four years.
 - 2.2. The athlete must demonstrate that her total testosterone level in serum has been below 10 nmol/L for at least 12 months prior to her first competition (with the requirement for any longer period to be based on a confidential case-by-case evaluation, considering whether or not 12 months is a sufficient length of time to minimize any advantage in women's competition).

- 2.3. The athlete's total testosterone level in serum must remain below 10 nmol/L throughout the period of desired eligibility to compete in the female category.
- 2.4. Compliance with these conditions may be monitored by testing. In the event of non-compliance, the athlete's eligibility for female competition will be suspended for 12 months.

2) Hyperandrogenism in female athletes

In response to the interim award dated 24 July 2015 in Chand v AFI and IAAF CAS 2014/A/3759, the IOC Consensus Meeting recommended:

- Rules should be in place for the protection of women in sport and the promotion of the principles of fair competition.
- The IAAF, with support from other International Federations, National Olympic Committees and other sports organisations, is encouraged to revert to CAS with arguments and evidence to support the reinstatement of its hyperandrogenism rules.
- To avoid discrimination, if not eligible for female competition the athlete should be eligible to compete in male competition.